

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	9
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	13
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	59

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	62
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.168
Preferenciais	218.335
Total	327.503
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	07/05/2013	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,30314
Reunião do Conselho de Administração	07/05/2013	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe A	1,82454
Reunião do Conselho de Administração	07/05/2013	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe B	0,30314

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	17.259.300	16.889.872
1.01	Ativo Circulante	1.639.350	1.075.237
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.045	212
1.01.02	Aplicações Financeiras	725.860	513.313
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	725.860	513.313
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	725.860	513.313
1.01.03	Contas a Receber	742.587	342.294
1.01.03.01	Clientes	742.587	342.294
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores / RTE e CCEE	789.482	389.189
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-46.895	-46.895
1.01.04	Estoques	34.439	33.804
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.652	1.672
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	125.767	183.942
1.01.08.03	Outros	125.767	183.942
1.01.08.03.01	Tributos e Contribuições Compensáveis	18.671	6.656
1.01.08.03.02	Cauções e Depósitos Vinculados	0	65.750
1.01.08.03.04	Outros	107.096	111.536
1.02	Ativo Não Circulante	15.619.950	15.814.635
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	619.300	633.069
1.02.01.03	Contas a Receber	5.927	4.868
1.02.01.03.01	Clientes	5.927	4.868
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	6.921	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	606.452	628.201
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	606.452	628.201
1.02.03	Imobilizado	15.000.650	15.181.566
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	15.000.650	15.181.566

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	17.259.300	16.889.872
2.01	Passivo Circulante	1.767.027	1.790.097
2.01.02	Fornecedores	9.267	20.619
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.267	20.619
2.01.03	Obrigações Fiscais	162.668	61.672
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	162.668	61.672
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições Sociais	143.146	41.507
2.01.03.01.03	Tributos e Contribuições Sociais Parcelamentos - REFIS	19.522	20.165
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	668.054	703.789
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	668.054	703.789
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	73.656	97.018
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	594.398	606.771
2.01.05	Outras Obrigações	927.038	1.004.017
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	47.341	46.391
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	47.341	46.391
2.01.05.02	Outros	879.697	957.626
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	271.683	271.683
2.01.05.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	31.598	30.954
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares / Enc. Uso do Sist. Transmissão	112.760	87.411
2.01.05.02.06	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	33.254	34.932
2.01.05.02.07	Obrigações Socioambientais	24.053	24.163
2.01.05.02.08	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	285.837	287.581
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	120.512	120.818
2.01.05.02.10	Energia Comprada - CCEE	0	100.084
2.02	Passivo Não Circulante	5.273.325	5.219.838
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.748.216	1.763.999
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.748.216	1.763.999
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.110.793	1.101.156
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	637.423	662.843
2.02.02	Outras Obrigações	3.293.185	3.277.912
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	66.111	76.384
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	66.111	76.384
2.02.02.02	Outros	3.227.074	3.201.528
2.02.02.02.03	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	662.713	714.948
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	270.542	275.916
2.02.02.02.05	Taxas Regulamentares / Enc. de Uso do Sist. Transmissão	25.309	18.399
2.02.02.02.06	Provisão para Riscos	2.028.315	1.941.473
2.02.02.02.07	Obrigações Socioambientais	221.810	228.141
2.02.02.02.08	Outras Obrigações	15.481	15.481
2.02.02.02.10	Tributos e Contribuições Sociais - Parcelamentos	2.904	7.170
2.02.03	Tributos Diferidos	231.924	177.927
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	231.924	177.927
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	231.924	177.927
2.03	Patrimônio Líquido	10.218.948	9.879.937
2.03.01	Capital Social Realizado	5.975.433	5.975.433
2.03.02	Reservas de Capital	1.929.098	1.929.098

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.04	Reservas de Lucros	426.716	426.716
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	426.716	426.716
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	387.489	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.500.212	1.548.690

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.144.537	842.457
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-419.760	-431.867
3.02.01	Pessoal	-46.995	-49.295
3.02.02	Entidade de Previdência Empregados - Contribuição ao Plano	-2.178	-2.114
3.02.03	Entidade de Previdência - Delib. CVM nº 371/2000	-3.989	-3.915
3.02.04	Material	-2.821	-2.738
3.02.05	Serviços de Terceiros	-20.540	-25.897
3.02.06	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-47.307	-55.694
3.02.08	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Serviço do Sistema	-85.785	-92.123
3.02.09	Taxas do Setor Elétrico	-4.353	-4.279
3.02.10	Créditos de COFINS/PIS s/ Encargos de Uso da Rede e Energia Comprada	5.299	7.527
3.02.11	Depreciação	-191.293	-194.030
3.02.12	Provisões Operacionais	-16.980	-6.229
3.02.13	Outras Despesas	-2.818	-3.080
3.03	Resultado Bruto	724.777	410.590
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-75.296	-33.972
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-75.296	-33.972
3.04.05.01	Outras (Despesas) Receitas Líquidas	-75.296	-33.972
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	649.481	376.618
3.06	Resultado Financeiro	-80.331	-80.032
3.06.01	Receitas Financeiras	12.911	11.432
3.06.02	Despesas Financeiras	-93.242	-91.464
3.06.02.01	Encargos da Dívida / Outras	-75.005	-88.909
3.06.02.03	Variações Monetárias Líquidas	-38.899	-43.074
3.06.02.04	Variações Cambiais Líquidas	20.662	40.519
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	569.150	296.586
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-230.139	-82.491
3.08.01	Corrente	-176.142	-69.021
3.08.02	Diferido	-53.997	-13.470
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	339.011	214.095
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	339.011	214.095
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	339.011	214.095
4.03	Resultado Abrangente do Período	339.011	214.095

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	330.286	143.288
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	933.353	594.257
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e CS	569.150	296.586
6.01.01.02	Depreciação	191.622	194.542
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	75.256	63.406
6.01.01.04	Entidade de Previdência a Empregados - CPC 33/IAS 19	3.989	3.915
6.01.01.05	Provisão para Riscos Legais	92.956	34.945
6.01.01.06	Baixa de Ativo Imobilizado	380	0
6.01.01.07	Outras	0	863
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-433.506	-277.607
6.01.02.01	Valores a Receber	-400.293	-73.898
6.01.02.02	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	-12.015	9.235
6.01.02.03	Almoxarifado	-635	1.577
6.01.02.04	Despesas pagas Antecipadamente	-9.901	0
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	89.566	-130.011
6.01.02.06	Outros Créditos	3.033	-1.999
6.01.02.07	Fornecedores	-11.352	-20.820
6.01.02.08	Outros Tributos e Contribuições Sociais	9.130	-20.156
6.01.02.09	Pagamentos a Entidade Previdência Privada	-8.719	-9.462
6.01.02.10	Energia Comprada - CCEE	-100.084	0
6.01.02.11	Taxas Regulamentares / Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	32.608	3.310
6.01.02.12	Pagamentos De Riscos Legais	-14.466	-5.194
6.01.02.13	Pagamentos Obrigações Socioambientais	-7.280	-6.898
6.01.02.14	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	-1.677	-4.041
6.01.02.15	Outras Obrigações	-1.421	-19.250
6.01.03	Outros	-169.561	-173.362
6.01.03.01	Juros Pagos referentes Empréstimos e Financiamentos	-81.019	-94.969
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-88.542	-78.393
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.734	-13.870
6.02.01	Imobilizado	-2.734	-13.870
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-109.172	-255.733
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-109.172	-255.733
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	218.380	-126.315
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	513.525	444.972
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	731.905	318.657

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	426.716	0	1.548.690	9.879.937
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	426.716	0	1.548.690	9.879.937
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	387.489	-48.478	339.011
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	339.011	0	339.011
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	48.478	-48.478	0
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	48.478	-48.478	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	426.716	387.489	1.500.212	10.218.948

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	465.443	0	1.748.153	10.118.127
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	465.443	0	1.748.153	10.118.127
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-75.000	0	-75.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-75.000	0	-75.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	264.065	-49.970	214.095
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	214.095	0	214.095
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	49.970	-49.970	0
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	49.970	-49.970	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	465.443	189.065	1.698.183	10.257.222

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	1.287.430	954.484
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.287.430	954.484
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-111.035	-122.363
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-23.361	-28.635
7.02.04	Outros	-87.674	-93.728
7.02.04.01	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Serviços do Sistema	-85.785	-92.123
7.02.04.03	Outras Custos Operacionais	-1.889	-1.605
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.176.395	832.121
7.04	Retenções	-191.622	-194.542
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-191.622	-194.542
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	984.773	637.579
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-116.360	-5.123
7.06.02	Receitas Financeiras	12.911	11.432
7.06.03	Outros	-129.271	-16.555
7.06.03.01	Variações Cambiais Líquidas	20.662	40.519
7.06.03.02	Entidade de Previdência - Deliberação CVM nº 371/2000	-3.989	-3.915
7.06.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-53.997	-13.470
7.06.03.04	Provisões Operacionais	-16.980	-6.229
7.06.03.05	Outras Despesas / (Receitas) Líquidas (Nota 27.2)	-74.967	-33.460
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	868.413	632.456
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	868.413	632.456
7.08.01	Pessoal	37.082	38.454
7.08.01.01	Remuneração Direta	34.904	36.340
7.08.01.04	Outros	2.178	2.114
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	278.676	156.794
7.08.02.01	Federais	278.644	156.767
7.08.02.03	Municipais	32	27
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	213.644	223.113
7.08.03.01	Juros	75.005	88.909
7.08.03.02	Aluguéis	929	1.475
7.08.03.03	Outras	137.710	132.729
7.08.03.03.01	Variações Monetárias	38.899	43.074
7.08.03.03.02	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	47.307	55.694
7.08.03.03.03	Reserva Global de Reversão - RGR	35.361	21.310
7.08.03.03.04	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	11.790	8.372
7.08.03.03.05	Taxa de Fiscalização - ANEEL / Outros Encargos	4.353	4.279
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	339.011	214.095
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	339.011	214.095

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO – 1º Trimestre de 2013

As receitas operacionais no primeiro trimestre de 2013 alcançaram R\$ 1.287,4 milhões, com crescimento de 34,9% em relação ao mesmo período de 2012, resultado obtido, principalmente, pela venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, por força da quantidade descontratada e dos elevados Preços de Liquidação das Diferenças – PLD's, praticados neste trimestre, que totalizou R\$ 418,8 milhões. Crescimento da receita no mercado livre (consumidores livres e agentes comercializadores) que alcançou R\$ 457,8 milhões, e redução no mercado regulado, em decorrência do término de contratos com empresas distribuidoras, Produto 2005-2012, que registrou R\$ 409,9 milhões (Notas 24.2 e 24.3).

Os custos e despesas operacionais ficaram em R\$ 419,8 milhões, refletindo uma redução de 2,8% em relação ao primeiro trimestre do ano anterior.

Em decorrência das receitas e despesas operacionais verificadas no trimestre, o Resultado Bruto (Resultado do Serviço) aumentou 76,5% e atingiu R\$ 724,8 milhões e o EBITDA ficou em R\$ 841,1 milhões.

As Outras (Despesas) Receitas Líquidas apresentaram incremento nos valores registrados em provisões para riscos legais (Nota 25.2).

O Resultado Financeiro (Nota 26) alcançou R\$ 80,3 milhões negativo. As Receitas Financeiras, de R\$ 12,9 milhões, refletem aumento nos rendimentos de aplicações financeiras. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras registraram uma redução de 15,6% e totalizaram R\$ 75 milhões, reflexo da diminuição do endividamento da empresa.

As Variações Monetárias líquidas tiveram uma redução de 9,7%, e encerraram o período em R\$ 38,9 milhões. As Variações Cambiais líquidas alcançaram R\$ 20,7 milhões positivo, decorrente da valorização de 1,45% do Real frente ao Dólar norte-americano, verificada no primeiro trimestre de 2013, ante R\$ 40,5 milhões positivo no mesmo período de 2012.

O Lucro antes dos Impostos registrou R\$ 569,2 milhões. Após a apropriação da despesa com Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro fiscal tributável e pela reversão de impostos diferidos (passivo), a Companhia encerrou primeiro trimestre de 2013 com Lucro Líquido de R\$ 339 milhões, refletindo um crescimento de 58,3 em relação ao 1º trimestre de 2012.

Indicadores Econômico-Financeiros

Retorno	31.03.2013	31.12.2012	Var.
Preço Médio Geral - R\$ por MWh.....	144,16	87,40	64,9%
Margem Operacional (%).....	63,3%	33,7%	87,8%
Valor Patrimonial da Ação (R\$).....	31,20	30,17	3,4%
Variação do Dólar (%).....	(1,5)	8,9	-116,3%
Endividamento/Liquidez	31.03.2013	31.12.2012	Var.
Endividamento do Ativo.....	0,41	0,42	-2,4%
Participação de Capital de Terceiros.....	0,69	0,71	-3,0%
Liquidez Corrente.....	0,93	0,60	55,0%

Demonstração do LAIR (EBIT) / LAJIDA (EBITDA) (Instrução CVM nº 527, de 14 de outubro de 2012)

	1T13	1T12	Var.
Lucro líquido do período	339.011	214.095	58,3%
Imposto de renda e Contribuição social.....	230.139	82.491	179,0%
Resultado financeiro.....	80.331	80.032	0,4%
= EBIT / LAJIR	649.481	376.618	72,5%
Depreciação.....	191.622	194.542	-1,5%
= EBITDA / LAJIDA	841.103	571.160	47,3%

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012

1 CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram revisados pelos auditores independentes)

1.1 Contexto Operacional

A CESP – Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas principalmente na BM&FBOVESPA S.A. e, desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa, também da Bovespa. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações ao mercado.

A CESP possui um parque gerador instalado de 7.459,25 MW (Nota 11.2), totalmente de origem hidráulica, correspondente a cerca de 8% da potência hidráulica instalada no país, composto pelas usinas de Ilha Solteira, Três Irmãos, Jupia, Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), Jaguari e Paraibuna.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a CESP tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, estando autorizada a comercializar 3.916 MW médios durante o ano, o que equivale a aproximadamente 34.304 GWh, ou seja, cerca de 7,2% da garantia física do país, de origem hidráulica.

Produção Bruta em MWh		
Usinas	2013	2012
	1º Trim.	1º Trim.
<i>Ilha Solteira</i>	3.846.874	4.647.617
<i>Três Irmãos</i>	566.581	1.222.640
<i>Jupia</i>	2.191.580	2.551.569
<i>Porto Primavera</i>	2.610.094	2.787.271
<i>Paraibuna</i>	62.982	104.016
<i>Jaguari</i>	10.838	9.840
Total	9.288.949	11.322.953

Da receita operacional bruta da Companhia do período findo em 31 de março de 2013, 49% (64% em 2012) foram provenientes de suprimento de energia elétrica a Revendedores (contratos de venda de energia/agentes comercializadores e distribuidoras contratados em leilões de energia) e 18% (23% em 2012) provenientes do fornecimento de energia a consumidores livres, sendo os restantes 33% (13% em 2012) decorrentes de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e outras receitas (Nota 24.3).

1.2 Comercialização de Energia (Leilões de Energia) – Não revisada pelos auditores independentes

A CESP participou de leilões para o suprimento de energia elétrica às concessionárias de distribuição atuantes no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo cinco leilões de compra de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes e dois leilões de compra de energia provenientes de novos empreendimentos.

Notas Explicativas

A CESP vendeu, através de leilões, 2.288 MW médios de energia existente e 230 MW médios de energia nova, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

LEILÃO DE EM PREENDIMENTOS EXISTENTES	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (M Wm)	Preço CESP (R\$)	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes
Produto 2005	2005 a 2012	800,0	62,10	jan/05	57,51
Produto 2006	2006 a 2013	1.178,0	68,37	jan/05	67,33
Produto 2007	2007 a 2014	20,0	77,70	jan/05	75,46
Produto 2008	2008 a 2015	170,0	83,50	mai/05	83,13
Produto 2009	2009 a 2016	120,0	93,43	nov/05	94,91
		2.288,0			

LEILÃO DE NOVOS EM PREENDIMENTOS	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (M Wm)	Preço CESP (R\$)	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes
Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	82,0	124,97	jul/06	124,83
Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	148,0	116,00	jan/06	114,83
		230,0			

Os preços obtidos nos leilões estão sendo atualizados pelo IPCA, na data de reajuste tarifário das distribuidoras com a ANEEL (Notas 24.1 e 24.2).

1.3 Renovação das Concessões

A Medida Provisória 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida em Lei nº 12.783/2013), trata das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Essa Medida Provisória ofereceu à CESP a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das usinas de Ilha Solteira e Jupia, vencíveis em 2015, e, adicionalmente, o mesmo tratamento para a Usina de Três Irmãos, cujo vencimento de seu primeiro período de concessão ocorreu em novembro de 2011.

O Poder Concedente, através da MP 579 e de portarias, estabeleceu condições específicas para a antecipação dessas renovações. Essas condições se referiam a novas receitas a serem praticadas por essas usinas, e de valores de indenização para os ativos ainda não amortizados, relativos ao projeto básico. Estabeleceu ainda que as usinas cujas renovações não fossem aceitas seriam licitadas.

Em assembleia realizada em 03 de dezembro de 2012 os acionistas da CESP – Companhia Energética de São Paulo decidiram pela não renovação das UHE de Ilha Solteira, Jupia e Três Irmãos. Com essa decisão, a CESP continuará a operar normalmente as Usinas de Ilha Solteira e Jupia até o período final da concessão que se dará em julho de 2015. A Usina de Três Irmãos, que tem sua operação conjunta com a de Ilha Solteira, será operada pela CESP até decisão do Poder Concedente.

As Usinas de Porto Primavera (vencimento da concessão em maio de 2028), Paraibuna (vencimento da concessão em março de 2021) e Jaguari (vencimento da concessão em maio de 2020) não foram abrangidas pela MP 579 e continuarão a ser operadas normalmente pela CESP.

1.4 Risco Hidrológico

Quatro das principais usinas hidrelétricas da CESP, que representam 99% da energia assegurada para venda, concentram-se na área de influência da bacia do rio Paraná, região noroeste do Estado de São Paulo. As usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos operam com reservatórios de acumulação, enquanto os reservatórios de Jupia e Porto Primavera operam a fio d'água. A localização geográfica é considerada favorável, pois o rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Paranaíba, que desce da região centro-oeste do país, e o rio Grande, na divisa com o Estado de Minas Gerais. Além deles, o rio Tietê é afluente do rio Paraná, a montante (rio acima) da Usina de Jupia.

A Companhia construiu um canal – Canal de Pereira Barreto – com cerca de 9,6 km de comprimento, interligando os reservatórios das usinas de Três Irmãos e Ilha Solteira, o que permite sua operação integrada. As usinas da Companhia, na área de influência da bacia do rio Paraná, situam-se a jusante (rio abaixo) de outras usinas hidrelétricas existentes a montante, de modo que se beneficiam de estar praticamente no fim da cascata, tendo apenas a usina de Itaipu à jusante.

A região é tropical, de elevados índices de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente atuará objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos

Notas Explicativas

agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico de que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização – TEO de R\$ 10,01 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1403, de 18 de dezembro de 2012, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013). Durante 2012 vigorou a TEO de R\$ 9,58 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1246, de 13 de dezembro de 2011).

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 7 de maio de 2013.

As informações trimestrais da Companhia, para o período findo em 31 de março de 2013 e 2012, compreendem as demonstrações intermediárias preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas complementares emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo e pela avaliação do ativo imobilizado ao seu valor atribuído (“deemed cost”), na data de transição em janeiro de 2009.

2.1 Base de Elaboração

Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Devido ao uso de arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações trimestrais tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida, seguros e meio ambiente, não foram revisados pelos auditores independentes.

2.2 Moeda Funcional e Conversão de Saldos e Transações em Moeda Estrangeira

Os itens incluídos nas informações trimestrais são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que a Companhia atua, sendo que as demonstrações intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas em que as transações foram realizadas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com vencimento original inferior a 90 dias. Essas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas Explicativas

3.2 Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, investimentos “mantidos até o vencimento”, ativos financeiros “disponíveis para venda”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Em 31 de março de 2013, a CESP possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado”, “empréstimos e recebíveis”.

3.2.1 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em mercado ativo. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- a. Consumidores e revendedores (Nota 6)
- b. Valores a receber – CCEE (Nota 6)

As contas a receber de consumidores e revendedores incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica, registrados conforme os contratos de energia que estabelecem quantidades, preços e forma de reajustes.

3.2.2 Mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros os (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou; (iii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria são Cauções e depósitos vinculados (Nota 10)

3.2.3 Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

3.2.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros e principal;
- Probabilidade de o devedor ter sua falência declarada.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas

A Provisão para Perda Estimada de Créditos é constituída, se necessário, com base na avaliação individual da estimativa de perda, sendo considerada suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos a receber.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado, se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

3.3 Almoxarifado

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, deduzidos de provisão para redução ao valor de mercado, quando aplicável.

3.4 Investimentos

Os investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para redução ao valor de mercado, quando requerido ou aplicável.

3.5 Imobilizado

A Companhia adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das demonstrações financeiras para IFRS (01/01/2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira da Companhia fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida dessa mais valia foi registrada na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio líquido.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil, ajustados por eventuais provisões para *impairment*, e são reconhecidos em "Ganho/Perda na Alienação de Bens e Direitos" na demonstração do resultado.

3.6 Redução ao valor de recuperação de ativos (*impairment*)

Os bens do ativo imobilizado são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A metodologia de cálculo é como segue:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina, considerado como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente de cada uma das concessões detidas pela Companhia, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;

Notas Explicativas

- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final das concessões, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, e depreciados até a data do vencimento da concessão.

3.7 Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A CESP baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- a. Empréstimos e financiamentos (Nota 12)
- b. Encargos de dívidas (Nota 12)
- c. FIDC's (Nota 13)
- d. Valores a pagar (Nota 14)

3.8 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Programa de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, para o qual as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esse programa, conforme Lei nº. 9.991/00 e Regulamentações ANEEL nº. 300/08 e 316/08. Este percentual é recolhido na proporção de 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e 20% para Empresa de Pesquisa Energética – EPE e Ministério de Minas e Energia. O remanescente (40%) é destinado a projetos/programas de P&D da Companhia.

3.9 Provisão para riscos legais

O CPC 25/IAS 37 define provisão como passivo de prazo ou valor incerto e passivo contingente como uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os riscos, nas suas diferentes naturezas jurídicas, foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Companhia e de seus advogados internos e externos, segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável, no montante correspondente aos processos existentes nas datas das demonstrações financeiras. Os que tiveram expectativa de perda possível ou remota são divulgados em nota explicativa.

3.10 Provisões para custos socioambientais

As obrigações socioambientais são registradas à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e para os quais uma estimativa dos montantes destes desembolsos possa ser estimada. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

Notas Explicativas

3.11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, exceto se relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no patrimônio líquido. A Companhia tem a opção de distribuir juros sobre o capital próprio, calculados com base na taxa de juros de longo prazo. Tais juros podem ser considerados como parte dos dividendos obrigatórios quando distribuídos. O efeito fiscal dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa de imposto de renda no resultado do exercício, quando declarado.

O imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal vigente na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferido ("imposto diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações trimestrais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, considerando uma projeção para 10 anos.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

3.12 Planos de benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP.

A Companhia patrocina planos de benefícios aos seus empregados, na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas à Fundação CESP, não tendo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, tais como idade, tempo de contribuição e remuneração.

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33/ IAS 19.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

A adoção do método crédito unitário projetado, agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final. São utilizadas outras premissas atuariais que levam em consideração tabelas biométricas e econômicas além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação CESP.

Até 31 de dezembro de 2012 os ganhos e perdas atuariais eram registrados diretamente no resultado do exercício. A partir do exercício de 2013, os ganhos e perdas atuariais serão registrados diretamente no patrimônio líquido na rubrica Outros Resultados Abrangentes.

Notas Explicativas

Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório do atuário externo.

3.13 Reconhecimento da receita

O Processo de Comercialização de Energia Elétrica ocorre de acordo com parâmetros estabelecidos pela Lei nº. 10.848/04, pelos Decretos nºs 5.163/04 e 5.177/04 (o qual instituiu a CCEE), e pela Resolução Normativa ANEEL nº. 109/04, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

As relações comerciais entre os Agentes participantes da CCEE são regidas predominantemente por contratos de compra e venda de energia de médio e longo prazo, e todos os contratos celebrados entre os Agentes no âmbito do Sistema Interligado Nacional devem ser registrados na CCEE.

A Companhia opera nos seguintes segmentos de energia elétrica:

3.13.1 Fornecimento de energia

Venda de energia a preço e condições livremente negociados a consumidores livres – grandes consumidores finais que optaram em não adquirem energia dos distribuidores locais.

3.13.2 Suprimento de energia – leilão

Nesse segmento a Companhia vende sua energia às concessionárias de Distribuição, mediante leilões organizados pelo Poder Concedente em contratos de médio e longo prazo.

3.13.3 Suprimento de energia – contratos

Refere-se à venda direta de energia a empresas comercializadoras em contratos livremente negociados e também inclui contratos celebrados com as concessionárias de distribuição com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano, por opção destas, no ambiente regulado.

3.13.4 Energia de curto prazo

A CCEE contabiliza as diferenças entre o que foi produzido, consumido e contratado. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Integram o Mercado de Curto Prazo as quantidades processadas no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia, mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletroenergética do Sistema Interligado Nacional – SIN, de modo que a energia que um agente integrante do MRE deixa de produzir é realizada por outro agente e os volumes são remunerados pela tarifa de otimização de energia suficiente para cobrir os custos variáveis.

3.14 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

No encerramento do exercício social e após a dedução dos dividendos intermediários pagos e as devidas destinações legais do lucro líquido ajustado, a Companhia registra, se aplicável, no passivo circulante, o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social.

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios limitados a 10% do capital social. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada: i) o montante destinado para Reserva Legal, ii) a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, e iii) a realização da reserva de lucros a realizar.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Notas Explicativas

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para o patrimônio líquido da Companhia.

3.15 Apuração do resultado

As despesas são reconhecidas na demonstração do resultado quando surge um decréscimo, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos futuros benefícios econômicos provenientes da diminuição de um ativo ou do aumento de um passivo.

3.16 Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, descontados a valor presente e acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e cambiais.

3.17 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais Classe A e B e às ordinárias sobre os dividendos. Conseqüentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ações são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial classe A e B e ordinária de acordo com os dividendos e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

3.18 Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o diretor-presidente, sendo que a Companhia tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia.

3.19 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela CESP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações trimestrais, pois, de acordo com as IFRS, não é uma demonstração prevista nem obrigatória.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações trimestrais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Notas Explicativas

3.20 Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das informações trimestrais requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são como segue:

Imposto de renda

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O reconhecimento de imposto de renda diferido ativo requer avaliar se é provável a existência de resultados tributáveis futuros suficientes para realizar tal imposto de renda diferido ativo. A avaliação requer considerar o histórico de resultados tributáveis, expectativas de resultados tributáveis futuros assim como do momento de reversão de diferenças temporárias. Caso a CESP não consiga gerar resultados tributáveis futuros ou se ocorrer uma mudança significativa na estrutura tributária ou no período em que as diferenças temporárias serão utilizadas é possível que a avaliação de probabilidade mude podendo requerer a baixa, de parte ou todo, do imposto de renda diferido ativo.

Provisão para riscos legais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Vida útil do ativo imobilizado

As vidas úteis dos bens integrantes do saldo do ativo imobilizado são estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados a infraestrutura da concessão. A Administração revisa as vidas úteis econômicas dos bens anualmente, no final de cada exercício, para convalidar que essas vidas úteis continuam consistentes para utilização nesse negócio.

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente ativo imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, a CESP realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim da sua vida útil, ou da concessão.

Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livro desse ativo, quando aplicável.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Provisão para perda estimada de créditos

A Administração monitora individualmente os seus recebíveis e registra provisão para perda estimada de créditos para as perdas consideradas prováveis.

Plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) o custo das obrigações com benefícios pós-emprego é determinado atuarialmente usando o método do crédito unitário projetado. A taxa de desconto usada para cálculo da obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados ao valor justo (marcação a mercado).

Notas Explicativas

Nos cálculos atuariais os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como taxas de mortalidade, previsão de crescimento salarial e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas para definição das estimativas utilizadas.

Transações envolvendo a compra e venda de energia no âmbito da CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

4 NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS REVISADAS, JÁ EMITIDAS E AINDA NÃO ADOTADAS

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de março de 2013.

Em relação à adoção dos pronunciamentos e interpretações listados abaixo, que passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2013, os mesmos não impactaram as informações trimestrais da Companhia em 31 de março de 2013. São eles:

- CPC 17 (R1) – Contratos de Construção – Deliberação CVM nº 691 de 08 de novembro de 2012;
- CPC 30 (R1) – Receitas – Deliberação CVM nº 692 de 08 de novembro de 2012;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – Deliberação CVM nº 695 de 13 de dezembro de 2012;
- CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação – Deliberação CVM nº 684 de 30 de agosto de 2012;
- ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos – Deliberação CVM nº 683 de 30 de agosto de 2012; e
- ICPC 09 (R1) – Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial – Deliberação CVM nº 687 de 04 de outubro de 2012.
- CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto – Deliberação CVM nº 694 de 23 de novembro de 2012;
- CPC 45 – Divulgação de participações em outras entidades – Deliberação CVM nº 697 de 13 de dezembro de 2012;
- CPC 46 – Mensuração do valor justo – Deliberação CVM nº 699 de 20 de dezembro de 2012

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 serão impactadas pela mudança de política contábil no registro dos ganhos e perdas atuariais decorrentes do CPC 33 R1, conforme mencionado na nota 3.12.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras, resumidas no quadro abaixo, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB's, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte das instituições financeiras, de recomprá-lo e, do comprador, de revendê-lo no futuro e são remuneradas a 95% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, fundo 95% lastreado em títulos do Tesouro Nacional e 5% em Letra Financeira do Tesouro Estadual, remuneradas a 95% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Notas Explicativas

	Tipo de Aplicação	31.03.2013	31.12.2012
Caixa			
Depósitos bancários à vista.....		6.045	212
Aplicações Financeiras			
Banco do Brasil S.A. - SIAFEM ..	Fundo	725.142	512.995
Banco Bradesco S.A.	CDB / CDI	5	5
Outras instituições.....	CDB / CDI	713	313
		<u>725.860</u>	<u>513.313</u>
		<u>731.905</u>	<u>513.525</u>

6 VALORES A RECEBER

O quadro a seguir, resume os valores a receber de acordo com a classe de receita, sendo que a descrição de cada classe é apresentada nos subtópicos seguintes:

	31.03.2013			31.12.2012
	Vincendos	Vencidos há mais de 90 dias (Nota 7)	Total	Total
Consumidores				
Industrial.....	79.130	4.172	83.302	68.659
Serviços públicos.....	5.433	-	5.433	11.087
	<u>84.563</u>	<u>4.172</u>	<u>88.735</u>	<u>79.746</u>
Revendedores				
Contratos de compra de energia.....	-	-	-	8.555
Agentes comercializadores.....	79.509	-	79.509	34.549
Leilões de energia.....	183.133	9.748	192.881	252.627
	<u>262.642</u>	<u>9.748</u>	<u>272.390</u>	<u>295.731</u>
Energia Livre / CCEE				
Energia Livre (RTE) (Nota 7).....	-	13.712	13.712	13.712
CCEE.....	414.645	-	414.645	-
	<u>414.645</u>	<u>13.712</u>	<u>428.357</u>	<u>13.712</u>
Total.....	<u>761.850</u>	<u>27.632</u>	<u>789.482</u>	<u>389.189</u>

6.1 Consumidores e Revendedores

A Companhia possui certo grau de concentração em sua carteira de clientes. Em 31 de março de 2013, a concentração dos dez principais clientes é de 40% do total da carteira (38% em 31.03.2012).

6.2 Energia Livre – RTE

Em 26 de agosto de 2010, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2517, que fixou os montantes finais de repasse de Energia Livre a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, cujo saldo, em 31 de março de 2013 é de R\$ 13.712.

6.3 Energia de Curto Prazo – CCEE

Representa a variação apurada mensalmente, resultante do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes da CCEE “versus” o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No período findo em 31 de março de 2013, a Companhia comercializou o montante de R\$ 418.778 (R\$ 125.526 em 31.03.2012) referente à energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE (Nota 24.3).

Notas Explicativas

7 PROVISÃO PARA PERDA ESTIMADA DE CRÉDITOS

A Companhia mantém registrada provisão para perda estimada de créditos, cuja movimentação e saldo tem a seguinte composição:

Devedor	31.12.2012	Adições / Baixas	31.03.2013
Consumidores (a).....	(4.172)	-	(4.172)
Leilões de energia (b).....	(9.748)	-	(9.748)
Energia Livre (RTE) (Nota 6).....	(13.712)	-	(13.712)
Outros Créditos (d).....	(19.263)	-	(19.263)
	(46.895)	-	(46.895)

- (a) Para cobertura de prováveis riscos na realização de saldos de consumidores;
- (b) Constituída originalmente em face de recuperação judicial da CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A.;
- (c) Mediante retirada da liquidação no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia – CCEE sobre o desligamento de um dos clientes da Companhia, por descumprimento de obrigação, a Companhia reverteu a provisão para perda estimada de créditos no valor de R\$ 3.824;
- (d) Relacionados a outros recebíveis registrados como outros créditos (Nota 9a);

8 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	31.03.2013	31.12.2012
Circulante		
Imposto de renda (a).....	8.881	3.045
Contribuição social (b).....	2.948	811
COFINS a compensar	5.623	2.095
PIS a compensar.....	1.219	705
	18.671	6.656

- (a) Saldo remanescente de créditos de imposto de renda decorrente de retenções na fonte, atualizados pela SELIC, e de recolhimento por estimativa, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.
- (b) Refere-se a saldo de contribuição social decorrente de recolhimento por estimativa, atualizados pela SELIC, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.

9 OUTROS CRÉDITOS

	31.03.2013	31.12.2012
Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos	1.483	1.402
Créditos diversos (a)	28.358	25.719
FIDC - conta vinculada.....	28.988	24.236
Ordens de projetos - P & D.....	22.136	28.903
Créditos de diferença quotas de RGR - 2009 (Eletrobrás)...	-	349
DAEE - Cessão de créditos (b)	24.832	29.893
Outros.....	1.299	1.034
	107.096	111.536
Não Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos	3.367	2.309
Bens destinados a alienação.....	1.361	1.361
Outros.....	1.199	1.198
	5.927	4.868
Total.....	113.023	116.404

Notas Explicativas

- (a) Saldo de créditos com diversas empresas e entidades com as quais a Companhia mantém operações. Para cobrir eventuais riscos na realização de alguns recebíveis, foram constituídas provisões para perda estimada de créditos no montante total de R\$ 19.263 (Nota 7).
- (b) Contrato firmado em 30 de novembro de 2011, com o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, para recebimento em 24 parcelas mensais, corrigidas pelo CDI acrescido de juros de 0,3% a.m., referente à cessão de créditos (repasso financeiro), com vencimento final em 30 de novembro de 2013.

10 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	<u>31.03.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Circulante		
Cauções e depósitos vinculados		
Depósitos vinculados (a).....	-	65.750
Não Circulante		
Depósitos Judiciais (b)		
Ações cíveis.....	151.963	153.118
Ações trabalhistas - recursais	32.795	35.721
Ações tributárias.....	30.427	30.424
Ações ambientais (c)	299.393	303.272
	<u>514.578</u>	<u>522.535</u>
Cauções		
Depósitos vinculados - CCEE (d)	15.925	29.400
Quotas subordinadas - FIDC (e)	75.949	76.266
	<u>91.874</u>	<u>105.666</u>
	<u>606.452</u>	<u>628.201</u>
Total.....	<u>606.452</u>	<u>693.951</u>

- (a) Referiu-se à aquisição de US\$ 32.175 mil efetuada em novembro de 2012, a ser utilizada para pagamento de juros dos empréstimos Bônus séries 7 e 8, em janeiro e fevereiro de 2013, respectivamente (Notas 12.2 (3) e 12.3 (5));
- (b) Do total de depósitos judiciais, está relacionado com provisões para riscos legais, em 31 de março de 2013, o montante de R\$ 514.578 (R\$ 522.535 em 31.12.2012; Nota 20);
- (c) O aumento verificado em depósitos ambientais decorre de penhoras judiciais em processos relacionados ao descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC (Nota 20.4);
- (d) Crédito caucionado junto à CCEE, em conta mantida no Banco Bradesco S/A (Nota 5);
- (e) Crédito caucionado equivalente a quotas pertencentes à CESP, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direito Creditório/FIDC (IV – 72 quotas), que só poderão ser resgatadas no vencimento da última parcela, concomitantemente com a liquidação do fundo, com vencimento para maio/2017. O saldo das quotas é ajustado mensalmente pelo valor da cotação de mercado.

Notas Explicativas

11 IMOBILIZADO

O saldo do ativo imobilizado em serviço segregado por natureza de bens, com os comentários contidos nas Notas 11.1 a 11.4 tem a seguinte composição:

	Taxas Anuais Médias de Depreciação	31.03.2013		31.12.2012	
		Custo Total	Depreciação		Líquido
			Acumulada	Líquido	
Em Serviço					
Terrenos.....		1.083.089	-	1.083.089	
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....	2,0%	25.604.515	(16.129.264)	9.475.251	
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1,8%	7.570.675	(5.746.508)	1.824.167	
Máquinas e Equipamentos.....	1,5%	8.401.227	(6.313.290)	2.087.937	
Veículos.....	0,9%	6.774	(6.058)	716	
Móveis e Utensílios.....	7,1%	27.616	(19.916)	7.700	
		<u>42.693.896</u>	<u>(28.215.036)</u>	<u>14.478.860</u>	
Em Curso					
Terrenos.....		2.782	-	2.782	
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....		126.261	-	126.261	
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....		54.528	-	54.528	
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..		157.767	-	157.767	
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....		104.236	-	104.236	
Depósitos Judiciais.....		69.866	-	69.866	
Outros.....		6.350	-	6.350	
		<u>521.790</u>	<u>-</u>	<u>521.790</u>	
Total		<u>43.215.686</u>	<u>(28.215.036)</u>	<u>15.000.650</u>	

Em 7 de fevereiro de 2012, a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº. 474, que estabeleceu as novas taxas anuais de depreciação, para os ativos em serviço outorgado do setor elétrico, determinando que as concessionárias procedam ao cálculo e à contabilização das novas quotas periódicas de depreciação a partir de 1º de janeiro de 2012. As taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia, para os bens vinculados de geração, são de 2% a 6,67%. Até 2011, vigoraram as taxas anuais de depreciação de 2% a 7,1% (Resolução Normativa ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009).

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado está representada por:

	Saldo em 31.12.2012	Adições	Depreciação	Ativações	(Baixas)	Saldo em 31.03.2013
Em Serviço						
Terrenos.....	1.082.925	-	-	282	(118)	1.083.089
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....	9.604.269	-	(129.018)	-	-	9.475.251
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1.859.895	-	(35.713)	-	(15)	1.824.167
Máquinas e Equipamentos.....	2.072.188	-	(26.204)	41.959	(6)	2.087.937
Veículos.....	339	-	(34)	411	-	716
Móveis e Utensílios.....	8.566	-	(653)	28	(241)	7.700
	<u>14.628.182</u>	<u>-</u>	<u>(191.622)</u>	<u>42.680</u>	<u>(380)</u>	<u>14.478.860</u>
Em Curso						
Terrenos.....	1.894	1.170	-	(282)	-	2.782
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....	117.909	8.352	-	-	-	126.261
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	54.528	-	-	-	-	54.528
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..	191.449	1.776	-	(35.458)	-	157.767
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	108.437	1.231	-	(5.432)	-	104.236
Depósitos Judiciais.....	72.031	(2.165)	-	-	-	69.866
Outros.....	7.136	722	-	(1.508)	-	6.350
	<u>553.384</u>	<u>11.086</u>	<u>-</u>	<u>(42.680)</u>	<u>-</u>	<u>521.790</u>
Total	<u>15.181.566</u>	<u>11.086</u>	<u>(191.622)</u>	<u>-</u>	<u>(380)</u>	<u>15.000.650</u>

Notas Explicativas

	Saldo em 31.12.2011	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação/ Baixas (*)	Saldo em 31.03.2012
Em Serviço						
Terrenos.....	1.059.395	-	-	407	-	1.059.802
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	10.137.593	-	(129.159)	-	(72.436)	9.935.998
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2.007.208	-	(32.310)	-	-	1.974.898
Máquinas e Equipamentos.....	2.280.146	-	(32.360)	-	72.415	2.320.201
Veículos.....	1.335	-	(182)	-	21	1.174
Móveis e Utensílios.....	11.425	-	(531)	-	-	10.894
	<u>15.497.102</u>	<u>-</u>	<u>(194.542)</u>	<u>407</u>	<u>-</u>	<u>15.302.967</u>
Em Curso						
Terrenos.....	1.894	407	-	(407)	-	1.894
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	58.731	12.752	-	-	-	71.483
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	11.020	320	-	-	-	11.340
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..	90.497	9.920	-	-	-	100.417
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	79.787	3.438	-	-	-	83.225
Depósitos Judiciais.....	91.657	495	-	-	(1.192)	90.960
Outros.....	10.318	57	-	-	-	10.375
	<u>343.904</u>	<u>27.389</u>	<u>-</u>	<u>(407)</u>	<u>(1.192)</u>	<u>369.694</u>
Total	<u>15.841.006</u>	<u>27.389</u>	<u>(194.542)</u>	<u>-</u>	<u>(1.192)</u>	<u>15.672.661</u>

(*) A Companhia procedeu à reclassificação entre contas, em virtude da conclusão da atualização do sistema de controle patrimonial, e, consequente, reconciliação desse com o saldo contábil.

11.1 Imobilizado em Curso

O imobilizado em curso inclui, principalmente, gastos com modernização, repotenciação de máquinas e equipamentos relevantes para o parque gerador.

Inclui ainda saldos de depósitos judiciais no valor de R\$ 69.866 (R\$ 72.031 em 31.12.2012), iniciais e em garantia de ações de desapropriações, envolvendo principalmente a Usina de Porto Primavera e outras demandas de usinas da CESP.

Os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, a partir do exercício de 2009, deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 25.2).

11.2 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração da CESP foram outorgadas por decretos relativos a cada usina à época do início dos estudos e obras de construção, e foram agrupadas em um contrato de concessão assinado em 12 de novembro de 2004, abrangendo todo o parque gerador da Companhia:

Usina Hidrelétrica	Total de Máquinas em Operação	Potência Instalada MW (*)	Garantia Física (*) MW Médio (a)	Entrada em Operação (b)	Prazo de Concessão
Ilha Solteira	20	3.444,00	1.731,5	18.07.73	07.07.15
Jupia	14	1.551,20	886,0	14.04.69	07.07.15
Três Irmãos (c) (Nota 1.3)	5	811,45	217,5	28.11.93	18.11.11
Engenheiro Sérgio Motta	14	1.540,00	1.017,0	23.01.99	21.05.28
Jaguari	2	27,60	14,0	05.05.72	20.05.20
Paraibuna	2	85,00	50,0	20.04.78	09.03.21
		<u>7.459,25</u>	<u>3.916,0</u> (d)		

(a) Garantia física fornecida pela Portaria MME nº 32, de 05/03/2013.

(b) Data de entrada em operação do primeiro Grupo Gerador.

(c) Potência instalada fornecida pelo Despacho ANEEL nº 2.762, de 04/09/2012.

(d) Da garantia física da CESP devem ser deduzidos o consumo próprio das usinas e as perdas de transmissão até o centro de gravidade do sistema. Estas deduções variam a cada ano, mas podem ser estimadas em até 3%.

(*) Dados relacionados à potência e energia não revisados pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

11.3 Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

11.4 Custo atribuído (*deemed cost*)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (IFRS 1) e ICPC 10, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores justos estimados por avaliadores independentes.

A Companhia entende por valor justo, o valor novo de reposição das usinas, depreciados pelas taxas de depreciação da ANEEL.

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009, o efeito líquido de primeira adoção do custo atribuído para as usinas resultou em um aumento no ativo imobilizado de R\$ 3.553.278, em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 1.208.115 (34%) e na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido de R\$ 2.345.163. Os detalhes estão apresentados a seguir:

Usina	01.01.2009		
	Custo atribuído limitado ao valor de recuperação	Valor contábil	Mais (menos) valia
Porto Primavera	8.917.513	10.912.754	(1.995.241)
Ilha Solteira + Três Irmãos	7.780.060	3.326.400	4.453.660
Jupia	1.207.288	275.394	931.894
Paraíbuna	141.296	20.905	120.391
Jaguari	45.618	3.044	42.574
Total	18.091.775	14.538.497	3.553.278
Impostos diferidos			(1.208.115)
Efeito no patrimônio líquido			2.345.163

Movimentação:

	Imobilizado R\$	Impostos diferidos Passivo R\$	Patrimônio Líquido R\$
Saldo inicial em 01/01/2009	3.553.278	(1.208.115)	2.345.163
Realização no exercício.....	(300.574)	102.195	(198.379)
Saldo em 31/12/2009.....	3.252.704	(1.105.920)	2.146.784
Realização no exercício.....	(301.684)	102.573	(199.111)
Saldo em 31/12/2010.....	2.951.020	(1.003.347)	1.947.673
Realização no exercício.....	(302.303)	102.783	(199.520)
Saldo em 31.12.2011.....	2.648.717	(900.564)	1.748.153
Realização no exercício.....	(302.217)	102.754	(199.463)
Saldo em 31.12.2012.....	2.346.500	(797.810)	1.548.690
Realização no período.....	(73.452)	24.974	(48.478)
Saldo final em 31.03.2013.....	2.273.048	(772.836)	1.500.212

11.5 Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A Administração prepara anualmente estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do custo contábil do ativo imobilizado do parque gerador da Companhia em suas operações futuras, considerando os seguintes componentes e premissas:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina considerada como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrangeu o período remanescente da concessão, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;

Notas Explicativas

- (b) Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final da concessão, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens avaliado ao custo de reposição depreciado (valor novo de reposição depreciado) pelas taxas estabelecidas pelo Poder Concedente até a data do vencimento da concessão;
- (c) Taxa de desconto compatível com o mercado (2009: 6,69%; 2010: 6,24%; 2011: 5,70%; 2012: 4,95% a.a. líquida de imposto de renda);
- (d) As usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos passaram a ser tratadas como Unidades Geradoras de Caixa independentes, deixando de serem consideradas de forma integrada (complexo integrado), conforme dados fornecidos pela Portaria MME nº 32, publicada em 05 de março de 2013.
- (e) Para a usina de Três Irmãos, cuja concessão venceu em 18 de novembro de 2011, não foi considerado o fluxo de caixa das operações.

Em 1º de novembro de 2012, através da Portaria Interministerial ("PI") 580, o Ministério de Minas e Energia ("Poder Concedente"), informou o valor da indenização dos ativos para as usinas hidrelétricas enquadradas na MP 579. Essa Portaria mencionou que os estudos para determinação do valor das indenizações foram realizados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE considerando o Valor Novo de Reposição a preços de junho de 2012. Em 14 de novembro de 2012, a Companhia protocolou um pedido de esclarecimentos junto ao Poder Concedente, para obter informações, dentre outras, sobre os critérios utilizados para a determinação do valor de indenização mencionado. Em 04 de dezembro de 2012, a Companhia formalizou sua decisão em não renovar as concessões conforme as condições estabelecidas pela MP 579. Não houve resposta por parte do Poder Concedente até a presente data, portanto o valor de indenização utilizado para fins de análise de "impairment" é a melhor estimativa da Administração considerando a interpretação do contrato de concessão vigente.

As projeções de resultado revisadas pela Administração, em 31 de dezembro de 2012, não indicaram problema de recuperação dos bens integrantes do ativo imobilizado (unidades geradoras de caixa).

12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

12.1 Composição

	31.03.2013				31.12.2012			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Encargos	Principal	Principal	Total	Encargos	Principal	Principal	Total
Moeda Estrangeira								
Instituições Financeiras (1) ..	3.141	55.720	27.860	86.721	1.574	56.542	28.271	86.387
BNDES (2)	5.409	82.481	608.588	696.478	1.788	82.786	633.583	718.157
Medium Term Notes (3)	4.294	443.036	-	447.330	14.244	449.570	-	463.814
Outras Instituições	99	218	975	1.292	45	222	989	1.256
	<u>12.943</u>	<u>581.455</u>	<u>637.423</u>	<u>1.231.821</u>	<u>17.651</u>	<u>589.120</u>	<u>662.843</u>	<u>1.269.614</u>
Moeda Nacional								
Instituições Financeiras (4) ..	946	49.762	33.220	83.928	926	49.183	45.516	95.625
Notas de Médio Prazo (5)	17.722	-	1.048.328	1.066.050	41.682	-	1.025.091	1.066.773
ELETOBRÁS (6)	11	5.215	29.245	34.471	12	5.215	30.549	35.776
	<u>18.679</u>	<u>54.977</u>	<u>1.110.793</u>	<u>1.184.449</u>	<u>42.620</u>	<u>54.398</u>	<u>1.101.156</u>	<u>1.198.174</u>
	<u>31.622</u>	<u>636.432</u>	<u>1.748.216</u>	<u>2.416.270</u>	<u>60.271</u>	<u>643.518</u>	<u>1.763.999</u>	<u>2.467.788</u>

12.2 Informações sobre operações em Moeda Estrangeira

- (1) Devido diretamente ao Governo Federal, em dólares norte-americanos, e integra a reestruturação da dívida externa brasileira, concluída em 15 de abril de 1994, no contexto do Plano Brady, e o saldo de principal é composto como segue:

Tipo	Anos		Amortização	Taxa de Juros (%) a.a.	Principal	
	Vencto. (b)	Carência (b)			31.03.2013	31.12.2012
Bônus de Capitalização (a)	20	10	21 parcelas semestrais	5º e 6º anos - 5,00 7º ano - 8,00	<u>83.580</u>	<u>84.813</u>
					<u>83.580</u>	<u>84.813</u>

Notas Explicativas

- (a) Possuem garantia do Governo do Estado de São Paulo.
 - (b) A partir de 15 de abril de 1994.
- (2) O saldo de principal de R\$ 691.069 (R\$ 716.369 em 31.12.2012) refere-se a contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em 4 de setembro de 2002, cujo montante original é de US\$ 552.650 mil, com amortização do principal a partir de 15 de abril de 2005, em 88 parcelas bimestrais e corrigido pela UMBNDES, acrescido de “spread” básico de 1,91% a.a. e de descasamento de 0,95% a.a., com vencimento de juros a partir de 15 de abril de 2003. O referido contrato é garantido pela União e contra garantido pelo Governo do Estado. Trata-se de contrato de permuta, composto por dívidas repactuadas anteriormente no contexto do “Plano Brady”, referente a “Bônus ao Par” no valor de US\$ 325.516 mil e “Bônus de Desconto” no valor de US\$ 227.134 mil.
- (3) Série 7 (ISIN nº US12517GAE52): saldo de principal de R\$ 443.036 (R\$ 449.570 em 31.12.2012) referente ao lançamento de notas de médio prazo, ocorrido em 11 de agosto de 2006, no valor de US\$220 milhões, através dos bancos Finantia e Standard Bank, com juros semestrais de 9,25% a.a. e vencimento único dos títulos em agosto de 2013. Estes recursos destinaram-se à quitação de obrigações financeiras no mercado interno e obrigações externas garantidas pelo Tesouro Nacional.

Estes títulos integram o Programa de Notas de Médio Prazo da Companhia, no valor original de US\$ 700 milhões em 2001, aditado para US\$ 800 milhões em maio de 2002, US\$ 975 milhões em agosto de 2006 e US\$ 1,4 bilhões em janeiro de 2007.

As notas de médio prazo possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade da Companhia dar em garantia os seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros; impossibilitando-a de firmar contratos de arrendamento na forma de “Sale and Leaseback” e obrigando ao cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deverá resgatar as notas em um prazo de 30 dias. A Companhia tem cumprido os índices exigidos que são calculados trimestralmente com base nas informações trimestrais em moeda de poder aquisitivo constante (correção integral).

12.3 Informações sobre operações em Moeda Nacional

- (4) Nesta rubrica estão registradas operações com instituições financeiras nacionais, sendo o valor de principal em aberto distribuído da seguinte forma:
- (a) Valor de principal composto por saldo de R\$ 49.762 (R\$ 61.479 em 31.12.2012), referente ao contrato com a União (BNDES/BIBS), com amortização mensal até março de 2014 e garantia do Governo do Estado, acrescido de juros de 8,38119% a.a., indexado de duas formas:
 - Saldo de R\$ 39.084 (R\$ 48.373 em 31.12.2012), referente a parte dos direitos adquiridos do BNDES pela União, indexados pela TJLP com redutor de 6% a.a.
 - Saldo de R\$ 10.678 (R\$ 13.106 em 31.12.2012), referente ao acordo denominado BIBS – *Brazil Investment Bond Exchange Agreement* – títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em troca de obrigações financeiras garantidas pela União com os bancos comerciais estrangeiros, indexadas pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado/IGP-M.
 - (b) Em 1º de abril de 2011, a Companhia efetuou a contratação de FINAME junto ao ITAÚ/BBA para reparo de 4 máquinas para as unidades geradoras da UHE de Ilha Solteira, a ser liberado em 4 parcelas de R\$ 10.000 cada, corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros trimestrais de 4,15% a.a., com vencimento em 3 parcelas no final em 48 meses (15.04.2015). O saldo do principal em 31 de março de 2013 é de R\$ 33.220 (R\$ 33.220 em 31.12.2012).
- (5) Em 22 de janeiro de 2007, a Companhia efetuou o lançamento de Notas de Médio Prazo no mercado internacional, títulos fixados em reais, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, no valor de R\$ 750 milhões, com juros semestrais de 9,75% a.a., com vencimento único de principal em 15 de janeiro de 2015. O saldo de principal desta operação em 31 de março de 2013 é de R\$ 1.048.328 (R\$ 1.025.091 em 31.12.2012).
- (6) Saldo de principal de R\$ 34.460 (R\$ 35.764 em 31.12.2012), referente aos financiamentos com a ELETROBRÁS, como segue:
- (a) Saldo de R\$ 33.342 (R\$ 34.592 em 31.12.2012) refere-se ao principal de financiamentos para obras civis e montagem eletromecânica da Usina de Porto Primavera, com pagamento mensal remunerado à taxa de 5% a.a., vencíveis até 30 de novembro de 2019.
 - (b) Saldo de R\$ 1.118 (R\$ 1.172 em 31.12.2012) refere-se ao principal de financiamentos para aquisição de materiais e equipamentos, formalizados através de Instrumento de Reconhecimento de Débito/IRD, com pagamento trimestral remunerado à taxa fixa de 8% a.a., vencíveis até 15 de agosto de 2020.

Notas Explicativas

12.4 O saldo devedor de principal em moeda estrangeira apresenta a seguinte composição:

Moeda	31.03.2013			31.12.2012		
	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%
	US\$.....	1.218.878	605.263	100,00	1.251.963	612.656
	<u>1.218.878</u>	<u>605.263</u>	<u>100,00</u>	<u>1.251.963</u>	<u>612.656</u>	<u>100,00</u>

12.5 O saldo do principal de empréstimos e financiamentos a longo prazo, em 31 de março de 2013, tem seus vencimentos assim programados:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	Total
	US\$ mil (*) (Equivalente)	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
2014.....	50.499	101.696	4.943	106.639
2015.....	47.159	94.968	1.086.491	1.181.459
2016.....	50.928	102.559	4.943	107.502
De 2017 a 2020.....	54.999	110.757	14.416	125.173
De 2021 a 2024.....	112.942	227.443	-	227.443
	<u>316.527</u>	<u>637.423</u>	<u>1.110.793</u>	<u>1.748.216</u>

(*) Convertido para US\$ à taxa de R\$ 2,0138 em 31 de março de 2013 (R\$ 2,0435 em 31.12.2012).

12.6 As principais moedas e indexadores de empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações percentuais:

Nos Períodos	US\$	IPCA	TR	IGP-M	IGP-DI
31.03.2013	(1,45)	1,94	-	0,84	0,81
31.03.2012	(2,86)	1,22	0,24	0,62	0,93

13 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – FIDC

	31.03.2013			31.12.2012	
	Circulante		Não Circulante	Total	Total
	Encargos	Principal	Principal		
- FIDC IV.....	2.183	283.654	662.713	948.550	1.002.529
	<u>2.183</u>	<u>283.654</u>	<u>662.713</u>	<u>948.550</u>	<u>1.002.529</u>

Para projeção de vencimentos, vide Nota 29.1.

13.1 FIDC IV

Em 18 de junho de 2007 ocorreu o ingresso do FIDC IV, no montante de R\$ 1.250 milhões, sob a coordenação do Banco Bradesco S.A., em conjunto com os bancos Itaú BBA, Votorantim, ABC Brasil e Fator, com prazo de 10 anos, amortização mensal de principal em 111 parcelas, vencimento final em 8 de maio de 2017 e pagamento de juros mensais, indexados pelo CDI + 1,75% a. a. O fundo está vinculado a 138 contratos de venda de energia oriundos de leilão de energia nova no ambiente regulado.

Os recursos das operações destinaram-se à liquidação de obrigações do serviço da dívida da Companhia. A Companhia possui cauções em quotas subordinadas desta operação no montante de R\$ 75.949 (Nota 10).

Na estruturação do FIDC CESP IV há a previsão que a ocorrência de qualquer dos eventos ali relacionados, será considerado como Evento de Avaliação. O Administrador do Fundo convocará Assembleia Geral que decidirá se tal evento deva ser considerado como

Notas Explicativas

Evento de Liquidação. Se esta for a decisão, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos no Regulamento para a liquidação do Fundo.

14 VALORES A PAGAR

Credor	Objeto	31.03.2013			31.12.2012	
		Circulante		Não Circulante	Total	Total
		Encargos	Principal	Principal		
ELETROBRÁS - Energia de ITAIPU, Própria e						
	Transporte de Potência (a)	429	40.668	65.070	106.167	114.104
	- Refinanciamento (b)	31	6.213	1.041	7.285	8.671
		460	46.881	66.111	113.452	122.775

- (a)** Saldo remanescente de contrato de refinanciamento de aquisição de energia, sem a prestação de garantias adicionais por parte da Companhia, celebrado em 14 de julho de 1998, com prazo de 168 meses e atualização pela variação anual do IGP-M, acrescido de juros de 10% a.a., vencíveis mensalmente. O mesmo foi repactuado através de aditivo celebrado em 22 de dezembro de 2004, com carência de 12 meses, para pagamento em 118 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento final em 15 de outubro de 2015.
- (b)** Refere-se a termo aditivo ao contrato referido no item "a", celebrado em 22 de dezembro de 2004, a título de refinanciamento de parcelas vencidas e não pagas entre agosto de 2003 e julho de 2004, para pagamento em 118 parcelas mensais e sucessivas, nas mesmas condições do contrato original, com vencimento final em 15 de maio de 2014.

Para projeção de vencimentos, vide Nota 29.1.

Notas Explicativas

15 DEMONSTRATIVO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS, FIDC E VALORES A PAGAR

MOEDA	CONTRATO	MOEDA	Nota Explicativa	Encargos Financeiros Anuais (%)	Vencimento Final	Periodicidade de Pagamentos		Encargos	Encargos	Circulante	Não Circulante	31.03.2013		31.12.2012	
						Principal	Encargos					Total	Total	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA															
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS															
US\$	BRADY - CAPITALIZAÇÃO	US\$	13.2 Item 1	Taxa Fixa = 8% a.a.	abr-2014	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	3.141	581.455	637.423	1.231.821	86.387	86.387	1.269.814	86.387
US\$	BRADY - CONVERSÃO	US\$	13.2 Item 1	0,875% a.a.+ LIBOR	abr-2012	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	3.141	55.720	27.860	86.721	86.721	86.387	-	-
US\$	BRADY	US\$	13.2 Item 2	2,86% a.a.+ UMBENDES	abr-2019	(Fev,Abr,Jun,Ago,Out,Dez)	(Fev,Abr,Jun,Ago,Out,Dez)	5.409	82.481	608.588	696.478	718.157	718.157	-	-
US\$	MEDIUM TERM NOTES	US\$	13.2 Item 3	Taxa Fixa = 9,25% a.a.	ago-2013	Sem. (Fev e Ago)	Parcela Única no Final	4.294	443.036	-	447.330	463.814	463.814	-	-
US\$	SÉRIE 7	US\$	13.2 Item 3	Taxa Fixa = 9,25% a.a.	ago-2013	Sem. (Fev e Ago)	Parcela Única no Final	4.294	443.036	-	447.330	463.814	463.814	-	-
US\$	OUTRAS INSTITUIÇÕES	US\$		Div (0,8125% a.a.+ LIBOR) até 8% a.a.	abr-2024	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	99	218	975	1.292	1.256	1.256	-	-
US\$	ELETROPALLO	US\$		Div (0,8125% a.a.+ LIBOR) até 8% a.a.	abr-2024	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	99	218	975	1.292	1.256	1.256	-	-
MOEDA NACIONAL															
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS															
R\$	B. BRASIL - (BNDES / BIEs)	R\$	13.3 Item 4	8,38119% a.a + (IGP-M/TJLP - 6% a.a.)	mar-2014	Mensal	Mensal	946	54.977	1.110.793	1.184.449	95.625	95.625	1.198.174	95.625
R\$	BNDES - Fname ITAU-BBA	R\$	13.3 Item 4	(TJLP + 4,15% a.a.)	abr-2015	Trimestral	3 Parcelas no final	611	49.762	33.220	50.097	61.893	61.893	33.732	33.732
R\$	MEDIUM TERM NOTES	R\$	13.3 Item 5	9,75% a.a. + IPC-A	jan-2015	Sem. Jan. e Jul.	Parcela Única no Final	17.722	-	1.048.328	1.066.050	1.066.773	1.066.773	-	-
R\$	ELETROBRÁS - RGR	R\$	13.3 Item 6	Taxa Fixa = 5% a.a.	nov-2019	Mensal	Mensal	11	5.215	29.245	34.471	35.776	35.776	-	-
R\$	ELETROBRÁS - IRD	R\$	13.3 Item 6	Taxa Fixa = 8% a.a.	ago-2020	Trim. (Fev, Mai, Ago, Nov)	Trim. (Fev, Mai, Ago, Nov)	11	5.001	28.341	33.342	34.592	34.592	-	-
OUTRAS DÍVIDAS															
R\$	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	R\$	14	1,75% a.a. + CDI	mai-2017	Mensal	Mensal	2.643	330.535	728.824	1.062.002	1.125.304	1.125.304	-	-
R\$	FIDC IV	R\$		10% a.a. + IGP-M	out-2015	Mensal	Mensal	2.183	283.654	662.713	948.550	1.002.529	1.002.529	-	-
R\$	VALORES A PAGAR	R\$	15 Item (a) e (b)	10% a.a. + IGP-M	out-2015	Mensal	Mensal	460	46.881	66.111	113.452	122.775	122.775	-	-
									TOTAL GERAL	34.265	966.967	2.477.040	3.478.272	3.593.092	3.593.092

Notas Explicativas

15.1 Movimentação de Empréstimos e financiamentos, FIDC e Valores a pagar

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	FIDC	Valores a Pagar	Total
Saldo inicial em 31.12.2012	1.198.174	1.269.614	1.002.529	122.775	3.593.092
Ingressos.....	-	-	-	-	-
Juros e Comissões.....	25.288	24.059	4.535	3.218	57.100
Variações Monetárias.....	23.509	-	15.390	34	38.933
Variações Cambiais.....	-	(20.662)	-	-	(20.662)
Amortização de Principal.....	(12.112)	(12.829)	(73.904)	(10.327)	(109.172)
Amortização de Juros.....	(50.410)	(28.361)	-	(2.248)	(81.019)
Saldo final em 31.03.2013	1.184.449	1.231.821	948.550	113.452	3.478.272

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	FIDC	Valores a Pagar	Total
Saldo inicial em 31.12.2011	1.332.861	1.316.420	1.194.358	149.673	3.993.312
Ingressos	-	-	-	-	-
Juros e Comissões	26.059	23.913	5.579	3.609	59.160
Varição Monetária	14.570	-	28.504	724	43.798
Varição Cambial	-	(40.519)	-	-	(40.519)
Amortização de Principal	(162.032)	(10.364)	(74.331)	(9.006)	(255.733)
Amortização de Juros	(66.904)	(24.988)	-	(3.077)	(94.969)
Saldo em 31.03.2012	1.144.554	1.264.462	1.154.110	141.923	3.705.049

16 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31.03.2013	31.12.2012
Circulante		
COFINS s/ receitas	31.956	20.280
PIS s/ receitas	6.551	4.403
ICMS s/ fornecimento de energia (substituição tributária).....	2.188	438
Imposto de renda s/lucro.....	67.947	3.267
Contribuição social s/lucro.....	24.715	1.795
Imposto de renda s/ remessa ao exterior.....	3.489	-
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	4.798	5.543
Impostos e contribuições sociais de prestadores de serviços.....	1.502	1.608
Tributos e contribuições sociais - parcelamento ordinário (a).....	-	4.173
Tributos e contribuições sociais - parcelamento REFIS (b).....	19.522	20.165
	162.668	61.672
Não Circulante		
Tributos e contribuições sociais - parcelamento REFIS (b).....	2.904	7.170
	165.572	68.842

- (a) Refere-se a parcelamento ordinário de débitos remanescentes de PIS e COFINS, em 6 (seis) parcelas, referente aos anos-calendários 2000/2001, vinculados a processo administrativo de restituição de saldo negativo de IRPJ e CSLL, homologado parcialmente pela Secretaria da Receita Federal;

Notas Explicativas

(b) Movimentação:

Tributos e contribuições sociais - parcelamentos (b) (CP) 12/2011.....	20.165
Tributos e contribuições sociais - parcelamentos (b) (LP) 12/2011.....	7.170
Saldo em 31.12.2012.....	27.335
(+) Atualização/juros.....	324
(-) Pagamentos.....	(5.233)
Saldo em 31.12.2012.....	22.426

Composição:

	31.03.2013		31.12.2012	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Dívidas Previdenciárias - RFB.....	17.426	2.904	20.330	24.378
Dívidas Tributárias - PGFN.....	2.096	-	2.096	2.957
	19.522	2.904	22.426	27.335

Quando da consolidação, foram efetuadas as opções de prazo disponibilizadas, sendo que a Companhia optou pelos prazos de pagamento em (i) dívidas previdenciárias: 36 parcelas; (ii) dívidas tributárias – PGFN: 29 parcelas e (iii) dívidas tributárias – RFB: 13 parcelas. O primeiro recolhimento foi efetuado em junho/2011, sendo as parcelas mensais atualizadas pela SELIC.

17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia possui créditos fiscais totais (nominais) no montante de R\$ 2.904.358, sendo: R\$ 2.172.800 de imposto de renda (formado por prejuízos fiscais de R\$ 1.028.424 e diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 1.144.376), e de contribuição social de R\$ 731.558 (formado por base negativa de R\$ 319.581 e diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 411.977).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável de cada exercício, não estando sujeitos a qualquer prazo de prescrição.

Os saldos registrados até 31 de março de 2013, de créditos de prejuízos fiscais – imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos, estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia e revisadas, para os próximos 10 anos, conforme recomendado pelo Poder Concedente e determinado pela CVM, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais.

As projeções e a correspondente realização dos créditos consideram o prazo limite de cada concessão. Para as concessões vincendas até 2015, o prazo considerado encerra-se com o prazo da concessão. Para as demais concessões o prazo é limitado a 10 anos.

As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia (realizados de 2004 a 2006), com início de atendimento/faturamento de 2009 a 2016, de 2009 a 2038 e de 2010 a 2039 (Nota 1.2); contratos de compra e venda de energia com pequenas distribuidoras; de fornecimento de energia a consumidores livres com prazos de atendimento/fornecimento até 2022; a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

Não foram preparadas projeções para períodos superiores a 10 anos, dada a subjetividade e incerteza atreladas às concessões.

Notas Explicativas

Composição dos saldos:

	LÍQUIDO (PASSIVO)	
	31.03.2013	31.12.2012
Imposto de renda		
Prejuízos fiscais registrados (a)	548.353	603.680
Prejuízos fiscais (não registrados).....	480.071	480.131
Diferenças intertemporais (não registradas).....	1.144.376	1.115.451
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) (b)	(568.262)	(586.625)
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos (b) ...	(155.861)	(153.366)
	<u>1.448.677</u>	<u>1.459.271</u>
Contribuição social		
Base negativa registrada (a)	204.530	224.781
Base negativa (não registrada).....	115.051	115.051
Diferenças intertemporais (não registradas).....	411.977	401.562
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) (b)	(204.575)	(211.185)
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos (b) ...	(56.109)	(55.212)
	<u>470.874</u>	<u>474.997</u>
Provisão sobre créditos tributários não registrados	<u>(2.151.475)</u>	<u>(2.112.195)</u>
	<u>(231.924)</u>	<u>(177.927)</u>

(a) No primeiro trimestre de 2013, foi realizado o valor de R\$ 75.578, sendo compensado com impostos correntes e apropriado a débito do resultado, o valor de R\$ 55.327, referente a prejuízo fiscal, e R\$ 20.251 de base negativa (Nota 27).

(b) A realização do passivo diferido refere-se principalmente ao Ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$ 24.973 e liquidação de empréstimos no valor de R\$ 3.392.

Desde o exercício de 2003, a Companhia adota o regime de caixa para tributação das variações cambiais auferidas. Como consequência, o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados no passivo, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as diferenças intertemporais tributáveis, representadas pelas referidas variações cambiais ainda não realizadas sobre empréstimos e financiamentos não liquidados (Nota 27).

O imposto de renda (R\$ 548.353) e a contribuição social (R\$ 204.530) diferidos, totalizando R\$ 752.883, deverão ser realizados no período de até 10 anos, como demonstrado a seguir:

Exercício	Exercícios							Total
	2013	2014	2015	2016	2017	2018 à 2020	2021 e 2022	
Parcela Estimada de Realização	194.355	142.453	254.211	29.216	24.607	69.331	38.710	752.883

As estimativas de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis (do quadro acima) estão respaldadas nas projeções de lucros fiscais tributáveis da Companhia, que são revisadas periodicamente e aprovadas pelos órgãos da Administração. Essas projeções baseiam-se em premissas e o resultado final realizado pode divergir do projetado.

18 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

	31.03.2013		31.12.2012	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
- Contrato de Benefício Suplementar				
Proporcional Saldado - BSPS:.....	10.519	38.569	49.088	50.764
- Contrato de Dívida - outros.....	21.079	77.292	98.371	101.425
- Ajuste CPC 33/IAS 19.....	-	154.681	154.681	154.681
	<u>31.598</u>	<u>270.542</u>	<u>302.140</u>	<u>306.870</u>

Notas Explicativas

18.1 Planos de Benefícios

A CESP patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP.

A CESP, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a CESP oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 2,5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado/BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

18.2 Equacionamento financeiro dos planos de benefícios com a Fundação CESP

Para equacionar e garantir o fluxo de caixa entre a CESP e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados pela Companhia em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contratos de mútuos e contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possuem cláusula variável, conforme segue:

18.2.1 Contrato de Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS: R\$ 49.088

Refere-se a saldo de contrato de ajuste das reservas matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “benefício suplementar proporcional saldado”. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 31 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a. ou o custo atuarial, dos dois o maior.

Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ou deduzido do saldo do contrato e as parcelas de amortizações futuras são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

18.2.2 Contrato de Dívida – outros: R\$ 98.371

Refere-se a saldo de contrato de confissão de dívida de liquidação de retenção de reservas com início em 31 de dezembro de 1997, que previa amortização em 96 parcelas mensais e atualização pela variação da TR e juros de 8% a.a. Ao final de cada exercício contábil da Fundação, compara-se o resultado obtido com o custo atuarial (IGP-DI + 6% a.a.), prevalecendo aquele que apresentar o maior resultado.

Em 28 de abril de 2004, ambos os contratos foram repactuados entre as partes, com carência de 24 meses para pagamento do principal e amortização em 143 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2006, com vencimento final em 30 de novembro de 2017.

Conforme mencionado acima, esses contratos possuem cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representam, na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da CESP é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Em 31 de dezembro de 2012, a diferença entre os saldos apresentados desses contratos e o valor do passivo, registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19 é decorrente da diferença de metodologias utilizadas entre a CESP e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que são ajustadas anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Notas Explicativas

Na essência, os contratos de dívida são considerados garantia para equacionamento do fluxo de caixa entre a Companhia e a Fundação CESP.

18.2.3 Movimentação

	<u>31.03.2013</u>	<u>31.03.2012</u>
Saldo inicial.....	306.870	5.547
(Receita / despesa do período.	(1.713)	(689)
Contribuições pagas.....	(8.719)	(9.462)
(Ganhos) / perdas atuariais.....	5.702	4.604
Saldo final.....	<u>302.140</u>	<u>-</u>

19 TAXAS REGULAMENTARES / ENCARGOS DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

	<u>31.03.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Quota Mensal	35.361	6.827
- Diferença de Quotas - 2011 (a)	2.125	2.125
- Diferença de Quotas - 2010 (b)	-	432
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	33.449	33.435
Taxa de Fiscalização - ANEEL	1.078	1.190
Quotas para P&D - FNDCT (c).....	2.719	2.086
Quotas para P&D - EPE (c).....	1.359	1.043
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CUSD/CUST (d).....	36.004	39.183
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg (e).....	665	1.090
	<u>112.760</u>	<u>87.411</u>
Não Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de Quotas - 2012 (f).....	25.309	18.399
	<u>138.069</u>	<u>105.810</u>

- (a) Diferença de quota RGR 2011 cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL.
- (b) Diferença de quota RGR 2010 para pagamento em 12 parcelas, conforme despacho ANEEL nº 504, de 10 de fevereiro de 2012.
- (c) Referem-se às quotas provisionadas do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D a serem recolhidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.
- (d) Refere-se aos encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1.021 de 29 de junho de 2010 e nº 1.171, de 28 de junho de 2011, atualizada anualmente.
- (e) Parcelamento relativo à tarifa de uso do sistema de distribuição/TUSDg, devida no período de julho de 2004 a dezembro de 2007, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 497, de 26 de junho de 2007, de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 547, de 11 de dezembro de 2007 e complementada pelo Ofício Circular nº 176 – SRT/ANEEL, de 3 de outubro de 2007 e Resolução Homologatória ANEEL nº 600, de 18 de dezembro de 2007.
- (f) Diferença de quota RGR 2012, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em fevereiro/2014.

20 PROVISÃO PARA RISCOS LEGAIS

A Companhia possui processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisões para aquelas que são consideradas prováveis.

Notas Explicativas

Composição:

	31.12.2012	Movimentação		31.03.2013
	Saldo	Provisão / (Reversão)	(-) Pagamentos	Saldo
Trabalhistas				
Ações diversas	191.429	16.569	(6.694)	201.304
Cíveis				
Ações diversas	20.202	561	-	20.763
Tributárias				
Ações diversas	1.232	(150)	-	1.082
Indenizações				
Ações e riscos ambientais.....	493.750	13.148	(3.880)	503.018
Ações cíveis - Usinas CESP.....	742.770	52.346	(1.827)	793.289
Desapropriações				
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	200.971	8.352	(728)	208.595
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	291.119	10.482	(1.337)	300.264
Soma Indenizações e Desapropriações	1.728.610	84.328	(7.772)	1.805.166
TOTAL	1.941.473	101.308	(14.466)	2.028.315

	31.12.2011	Movimentação		31.03.2012
	Saldo	Provisão / (Reversão)	(-) Pagamentos	Saldo
Trabalhistas				
Ações diversas	170.970	5.749	(4.169)	172.550
Cíveis				
Ações diversas	22.109	281	-	22.390
Tributárias				
Ações diversas	27.392	199	(27)	27.564
Indenizações				
Ações e riscos ambientais.....	385.755	4.666	-	390.421
Ações cíveis - Usinas CESP.....	844.695	2.600	(60)	847.235
Desapropriações e indenizações				
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	142.029	12.327	(402)	153.954
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	226.876	21.450	(536)	247.790
	1.599.355	41.043	(998)	1.639.400
TOTAL	1.819.826	47.272	(5.194)	1.861.904

Os riscos legais, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado a seguir:

Espécie	2013			
	Expectativa de Perda			Total
	Provável	Possível	Remota	
Ações trabalhistas.....	201.304	145.803	141.368	488.475
Ações cíveis diversas.....	20.763	144.632	5.891	171.286
Ações tributárias.....	1.082	62.650	7.414	71.146
Ações ambientais.....	503.018	926.491	1.161.439	2.590.948
Ações cíveis.....	793.289	1.822.509	1.740.146	4.355.944
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	208.595	421.646	359.851	990.092
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	300.264	437	630	301.331
	2.028.315	3.524.168	3.416.739	8.969.222

Em 31 de março de 2013, o valor total pleiteado pelos demandantes nas diversas ações é de R\$ 8.969.222. Nesta mesma data, a provisão total para os riscos judiciais com expectativa de perda provável é de R\$ 2.028.315, sendo que a Companhia possui depósitos judiciais em garantia de processos no montante de R\$ 514.579 (R\$ 522.535 em 31 de dezembro de 2012), referente a ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais (Nota 10) e R\$ 69.086 (imobilizado em curso – Nota 11).

A Administração da Companhia, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas informações trimestrais ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir:

Notas Explicativas

20.1 Reclamações Trabalhistas

Em 31 de março de 2013, as reclamações trabalhistas movidas contra a CESP montavam a R\$ 488.475. A CESP mantém provisões registradas para enfrentar eventuais obrigações no montante de R\$ 201.304 representadas por 567 ações judiciais. A Companhia mantém depósitos judiciais em garantia de processos, da ordem de R\$ 32.795.

A CESP é ré em 40 processos, cujo risco de perda é avaliado como provável, relacionados à insalubridade/periculosidade, que totalizam R\$ 92.365. O restante dos processos refere-se a diversas ações cuja totalidade é de R\$ 108.939 associados a 527 ações judiciais.

Os processos trabalhistas com expectativa de perda possível totalizam R\$ 145.803 correspondentes a 841 processos, sendo 21 destes relacionados à Lei Estadual nº. 4.819/58 que tratam de ações cujos reclamantes pleiteiam principalmente: (i) transferência da folha de pagamento diretamente da Fazenda do Estado de São Paulo; (ii) diferença de complementação de aposentadoria; (iii) devolução do desconto de PSAP; (iv) devolução do desconto previdenciário (11%) decorrente da EC nº. 20/98, no montante de R\$ 84.529. O valor remanescente, de R\$ 61.274, corresponde a 820 processos.

20.2 Ações Cíveis Diversas

20.2.1 Portarias do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE

A CESP está envolvida em ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias Nº 38 e Nº 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 4 de março de 1986, do antigo DNAEE. As ações cujos riscos são avaliados como de perda prováveis e possíveis, em 31 de março de 2013, são R\$ 20.763 e R\$ 9.646 respectivamente.

20.2.2 Ação AES – Sul

Trata de ação declaratória com pedido de tutela antecipada movida pela AES Sul em face da ANEEL. Houve liminar autorizando a recontabilização de valores na CCEE em favor da AES Sul. CESP e demais agentes obtiveram liminar afastando recontabilização e liquidação determinadas pelo juízo e passaram a integrar a lide. A CESP já contestou a ação. A AES Sul pleiteia o direito de não optar pelo alívio, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor, sendo a parte da CESP de aproximadamente R\$ 134.986, cujo risco de perda é avaliado como possível.

20.3 Ações Tributárias

A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias no montante estimado de R\$ 71.146, composto por R\$ 1.082 com expectativa de perda considerada provável, referente a 8 processos judiciais e com depósitos em garantia no montante de R\$ 30.427 (R\$ 29.978 em 31 de março de 2012). Outras 99 ações, classificadas como de perda possível, totalizam R\$ 62.650.

20.4 Ações Ambientais

A CESP responde a ações ambientais que têm por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, proteção de encostas, reserva legal, lençol freático e indenização por perdas econômicas e danos à ictiofauna.

A estimativa da soma das ações, com risco de perda avaliado como provável e possível, alcança R\$ 1.429.509 conforme abaixo:

	PROVÁVEL	POSSÍVEL	TOTAL
Proteção de encosta.....	157.587	295.807	453.394
Mata ciliar.....	156.232	185.163	341.395
Descumprimento de acordo.....	-	155.943	155.943
Parques.....	157.209	-	157.209
Lençol freático.....	-	252.732	252.732
Outros.....	31.990	36.846	68.836
	503.018	926.491	1.429.509

Notas Explicativas

A Companhia mantém registrado o valor de R\$ 299.393 (R\$ 303.272 em 31.12.2012) em depósitos judiciais referentes a processos ambientais (Nota 10).

20.5 Ações Cíveis – Usinas CESP

20.5.1 Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a CESP intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total das ações cujo risco de perda é avaliado como provável e possível, em 31 de março de 2013, é de R\$ 134.470 e R\$ 428.557 respectivamente, para 242 processos. Considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial, que na maioria dos casos têm sido favoráveis à Companhia, as quais indicam que os valores a serem pagos, quando assim decidido judicialmente são substancialmente inferiores aos pretendidos pelos demandantes.

20.5.2 Ações de Oleiros Ceramistas

Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 123 ações envolvendo o valor de R\$ 187.768 com avaliação de risco de perda provável e R\$ 281.060 com risco de perda possível em 31 de março de 2013. Os pedidos formulados são diversos, destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a CESP e os impactados como tempo para manutenção da atividade de oleiro ceramista.

20.5.3 Ações de Inadimplemento Contratual e Outros

Existem 60 ações em curso contra a CESP que pleiteiam indenização por inadimplemento contratual e outros assuntos relacionados às usinas integrantes do seu parque gerador, sendo constituída provisão de R\$ 423.650 e R\$ 47.401 respectivamente. Existem ainda outras 7 ações de inadimplemento contratual consideradas possíveis que totalizam R\$ 1.022.260 e outros 192 processos no montante de R\$ 90.632.

20.6 Ações de Desapropriações – Usina CESP

Estão constituídas provisões no montante de R\$ 208.595 para 106 ações de desapropriações envolvendo a formação dos reservatórios de suas usinas, com risco de perda avaliado como provável pelos assessores jurídicos da CESP. As ações de desapropriações com expectativa de perda possível totalizam R\$ 421.646 referentes a 8 processos judiciais.

20.7 Ações Cíveis/Desapropriações – Empresas Cindidas

Diversas ações estão em curso, nas quais se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy e a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cindidas da CESP), cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31 de março de 1999 é da CESP.

Em 31 de março de 2013, o valor da pretensão dos expropriados correspondente a todas essas ações é de aproximadamente R\$ 301.331. A CESP mantém registrada provisão de R\$ 300.264 para as obrigações referentes às empresas decorrentes dos processos de cisão parcial, com expectativa de perda provável.

Notas Explicativas

21 OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

21.1 Obrigações Socioambientais

	<u>31.03.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Circulante		
Termo de ajustamento de conduta - TAC (a)	24.053	24.163
	<u>24.053</u>	<u>24.163</u>
Não Circulante		
Termo de ajustamento de conduta - TAC (a)	10.098	16.429
Reflorestamento (b)	107.000	107.000
Compromissos ambientais - Licenciamento.....	104.712	104.712
	<u>221.810</u>	<u>228.141</u>
	<u>245.863</u>	<u>252.304</u>

(a) Refere-se a Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, parcelado em 60 meses, com pagamento iniciado em setembro de 2009 e término para agosto de 2014.

(b) Refere-se à aquisição de áreas e projetos de reflorestamento no Parque Rio do Peixe, Ivinhema e Porto Primavera.

A movimentação dos saldos está representada por:

	<u>31.12.2012</u>	<u>Provisão (nota 25)</u>	<u>Atualização (nota 26)</u>	<u>(-) Pagamentos</u>	<u>(+/-) Transferência</u>	<u>31.03.2013</u>
Circulante						
Termo de ajustamento de conduta - TAC	24.163	-	839	(7.280)	6.331	24.053
Não Circulante						
Termo de Ajustamento de Conduta.....	16.429	-	-	-	(6.331)	10.098
Reflorestamento.....	107.000	-	-	-	-	107.000
Compromissos ambientais - Licenciamento..	104.712	-	-	-	-	104.712
	<u>228.141</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.331)</u>	<u>221.810</u>
	<u>252.304</u>	<u>-</u>	<u>839</u>	<u>(7.280)</u>	<u>-</u>	<u>245.863</u>
Circulante						
Termo de ajustamento de conduta - TAC	24.145	-	785	(6.898)	5.952	23.984
Não Circulante						
Termo de ajustamento de conduta - TAC	41.853	-	-	-	(5.952)	35.901
Reflorestamento	104.593	-	-	-	-	104.593
Compromissos ambientais - Licenciamento.	74.485	-	-	-	-	74.485
	<u>220.931</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.952)</u>	<u>214.979</u>
	<u>245.076</u>	<u>-</u>	<u>785</u>	<u>(6.898)</u>	<u>-</u>	<u>238.963</u>

21.2 Outras Obrigações

	<u>31.03.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Circulante		
Antecipação de Recebíveis - Consumidores Livres (a)	4.091	5.813
Fundação CESP (b)	12.783	13.331
P & D - Projetos (c)	94.012	97.592
Parcelamento de Ações de Desapropriações (d)	486	519
Outros.....	9.140	3.563
	<u>120.512</u>	<u>120.818</u>
Não Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR (reversão/amortização)...	15.481	15.481
	<u>135.993</u>	<u>136.299</u>

Notas Explicativas

- (a) Saldos de contratos firmados com consumidores livres em 2005 e 2006, os quais vêm sendo amortizados mensalmente com recebíveis de fornecimento de energia.
- (b) Saldo de prestação de contas com a entidade de previdência e inclui principalmente contingência previdenciária com o INSS, com avaliação de risco de perda provável.
- (c) Saldo de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento/P&D, atualizados pela SELIC.
- (d) Refere-se a acordo judicial, para parcelamento de processos de desapropriações de usinas de empresas cindidas (Duke Energy), celebrado em 28.05.2010, para pagamento em 24 parcelas com atualização pela variação do IPC-FIPE e acrescido de juros de 0,5% a.m.

22 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 31.03.2013				No Trimestre
			Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Receita/ (despesa)
CPTM (a)		Venda de energia	3.780	-	-	-	10.941
DAEE.....	9	Cessão de créditos	24.832	-	-	-	707
EMAE (b)		Aluguel	-	-	93	-	-
Eletrobrás.....	12	Empréstimos	-	-	5.226	29.245	(646)
Eletrobrás.....	14	Valores a pagar	-	-	47.341	66.111	(3.252)
Fundação CESP.	18	Entidade de previdência	-	-	31.598	270.542	(3.989)
			Saldo em 31.03.2012				No Trimestre
			Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Receita/ (despesa)
SABESP (a)		Venda de energia	9.864	-	-	-	28.637
METRÔ (a)		Venda de energia	5.337	-	-	-	15.562
CPTM (a)		Venda de energia	3.821	-	-	-	10.963
DAEE.....	9	Cessão de créditos	18.083	11.128	-	-	1.015
EMAE (b)		Aluguel	-	-	88	-	(264)
Eletrobrás.....	12	Empréstimos	-	-	5.228	34.460	(713)
Eletrobrás.....	14	Valores a pagar	-	-	41.782	100.141	(4.333)
Fundação CESP.	18	Entidade de previdência	-	-	-	-	(3.915)

- (a) Termos de aditamentos celebrados com as empresas, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM (controladas pelo Governo do Estado), para fornecimento de energia elétrica, na categoria de consumidores livres, nos termos do mercado livre, determinados pelos agentes reguladores do setor elétrico, a preços de mercado, obtidos em oferta pública.
- (b) Contrato de locação de imóvel (edificações) de propriedade da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (empresa do acionista controlador), que a Companhia utiliza para sua sede e seus escritórios administrativos, com o aluguel mensal atualizado de R\$ 88.

A remuneração da Administração da Companhia no primeiro trimestre de 2013 foi de R\$ 510 (R\$ 476 em 2012), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R\$ 412 (R\$ 385 em 2012) e encargos sociais no valor de R\$ 98 (R\$ 91 em 2012).

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

23.1 Capital Social

Notas Explicativas

O capital social integralizado de R\$ 5.975.433 está dividido em 109.167.558 ações ordinárias, 7.702.726 ações preferenciais classe A e 210.632.389 ações preferenciais classe B. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto social, até o limite máximo de R\$ 17.926.300, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Os principais acionistas da Companhia, em 31 de março de 2013, são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades							
	Ordinárias	%	Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:								
Fazenda do Estado de São Paulo.....	102.706.383	94,08	-	-	15.135.166	7,19	117.841.549	35,98
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ.....	1.323.626	1,21	-	-	-	-	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.....	6.690	0,01	-	-	-	-	6.690	-
Companhia Paulista de Parcerias - CPP.....	-	-	-	-	13.793.103	6,55	13.793.103	4,21
Outros.....	2.190	-	1	-	102	-	2.293	-
	<u>104.038.889</u>	<u>95,30</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>28.928.371</u>	<u>13,74</u>	<u>132.967.261</u>	<u>40,59</u>
Outros								
Credit Suisse Securities (Europe).....	-	-	-	-	12.342.185	5,86	12.342.185	3,77
UBS AG London Branch.....	-	-	-	-	26.317.542	12,49	26.317.542	8,04
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.....	37.633	0,03	6.664.526	86,52	-	-	6.702.159	2,05
HSBC Bank PLC London.....	-	-	-	-	32.035.340	15,21	32.035.340	9,78
The Bank of New York - ADR Department.....	38.615	0,04	229.547	2,98	-	-	268.162	0,08
Pessoas Físicas.....	2.678.683	2,45	754.636	9,80	4.746.433	2,25	8.179.752	2,50
Outras Pessoas Jurídicas.....	2.367.020	2,17	24.255	0,31	106.262.518	50,45	108.653.793	33,18
Outros.....	6.718	0,01	29.761	0,39	-	-	36.479	0,01
	<u>5.128.669</u>	<u>4,70</u>	<u>7.702.725</u>	<u>100,00</u>	<u>181.704.018</u>	<u>86,27</u>	<u>194.535.412</u>	<u>59,41</u>
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>7.702.726</u>	<u>100,00</u>	<u>210.632.389</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Capital social integralizado por ações em R\$ Mil	<u>1.991.811</u>		<u>140.539</u>		<u>3.843.083</u>		<u>5.975.433</u>	

23.2 Direitos das Ações

(a) As ações preferenciais classe A têm as seguintes características:

- A prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- Dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B;
- Não terão direito a voto e serão irredimíveis; e
- Às ações preferenciais classe A, é conferido o direito previsto no artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.

(b) As ações preferenciais classe B têm as seguintes características:

- Direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia;
- Direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos do Estatuto Social;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A;
- Não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e
- Serão irredimíveis.

Notas Explicativas

- (c) Cada ação ordinária nominativa tem direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.
- (d) Conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (I) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (II) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconvertíveis.

23.3 Reservas de Capital

	<u>31.03.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio	<u>1.929.098</u>	<u>1.929.098</u>

Saldo remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

23.4 Ajuste de Avaliação Patrimonial

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009 o efeito do aumento do ativo imobilizado pela adoção do custo atribuído (Nota 11.4), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". A realização é contabilizada na conta "Lucros acumulados" na medida em que a depreciação e baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

	Imobilizado R\$	Impostos diferidos Passivo R\$	Patrimônio Líquido R\$
Saldo inicial em 31.12.2012....	2.346.500	(797.810)	1.548.690
Realização no período.....	(73.452)	24.974	(48.478)
Saldo final em 31.03.2013.....	<u>2.273.048</u>	<u>(772.836)</u>	<u>1.500.212</u>

23.5 Reservas de Lucros

	<u>31.03.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Reserva legal.....	55.616	55.616
Reserva de lucros a realizar (*)	<u>371.100</u>	<u>371.100</u>
	<u>426.716</u>	<u>426.716</u>

- (*) Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovada a proposta de constituição da Reserva de lucros a realizar.

O Lucro líquido do exercício de 2009, de R\$ 763 milhões, foi fortemente influenciado pelo resultado financeiro positivo de receitas de variações cambiais no montante de R\$ 665 milhões. Deste lucro, a parcela de R\$ 580 milhões referia-se a variações cambiais não realizadas financeiramente, devido à existência de passivos de longo prazo. O reconhecimento dessa receita não implicou em ingresso de caixa e constituiu-se em resultado não realizado. A realização ocorrerá somente por ocasião do pagamento das parcelas de principal dos empréstimos e financiamentos a cada exercício (Nota 12.5).

A Reserva de lucros a realizar foi constituída com base no Parecer de Orientação CVM nº 13/1987 e a Circular CVM/SNC/SEP nº 1/2006, e Inciso II, do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, referente às parcelas de variações cambiais a se realizarem até 2019.

Esta reserva, se não absorvida por prejuízos, será realizada de acordo com o cronograma abaixo, pelo valor das parcelas em cada ano de realização, as quais integrarão a base de dividendos das propostas de destinação de resultados aos acionistas, nos respectivos exercícios sociais, em conformidade com o inciso III, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Composição das parcelas a realizar:

Exercícios	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Parcelas a Realizar	170.216	33.404	27.955	31.097	34.593	38.482	35.353	371.100

24 RECEITA

24.1 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e Atualização de Preços

A CESP mantém contratos com 36 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência dos leilões realizados (Nota 1.2). Esses contratos tem cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Reajustes em 2013		Produtos						(% de Reajuste no ano)
Concessionárias	Mês do Reajuste	2006 a 2013	2007 a 2014	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038	2010 a 2039	
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	103,55	117,69	123,17	135,11	176,38	166,24	6,15
Ampla	Março	104,18	118,39	123,91	135,92	177,44	167,23	6,31

Reajustes em 2012		Produtos			Produto	Produto	Produto	Produto	(% de Reajuste no ano)
Concessionárias	Mês do Reajuste	2005 a 2012	2006 a 2013	2007 a 2014	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038	2010 a 2039	
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	88,60	97,55	110,86	116,03	127,28	166,15	156,60	6,22
Ampla	Março	89,00	97,99	111,36	116,56	-	166,90	157,30	5,85

Notas Explicativas

24.2 Energia Vendida

Nos quadros a seguir é apresentada a energia vendida no exercício, bem como um resumo da energia vendida por classe de consumo e por ambiente de comercialização:

	MWh (*)		R\$ Mil	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
Fornecimento (1)				
Industrial.....	1.928.605	1.536.945	227.886	161.276
Serviço Público.....	88.287	480.725	10.940	55.161
	<u>2.016.892</u>	<u>2.017.670</u>	<u>238.826</u>	<u>216.437</u>
Suprimento				
Contratos				
Agentes Comercializadores ⁽²⁾	1.624.822	729.624	218.979	69.213
Contratos de Compra de Energia - CCEs..... ⁽³⁾	-	163.789	-	17.645
	<u>1.624.822</u>	<u>893.413</u>	<u>218.979</u>	<u>86.858</u>
Leilões de Energia (4)				
Produto 1 CCEAR 2005-2012	-	1.403.699	-	120.377
Produto 2 CCEAR 2006-2013	2.458.748	2.105.557	244.459	198.598
Produto 3 CCEAR 2007-2014	40.202	38.009	4.550	4.086
Produto 4 CCEAR 2008-2015	334.041	311.611	39.439	34.978
Produto 5 CCEAR 2009-2016	232.342	205.072	30.097	25.255
Produto 6 CCENV 2009-2038	185.268	182.885	31.282	29.341
Produto 7 CCENV 2010-2039	332.370	326.458	52.942	49.409
MCSD (Produtos 1, 2, 3, 4 e 5).....	58.280	657.717	7.136	62.653
	<u>3.641.251</u>	<u>5.231.008</u>	<u>409.905</u>	<u>524.697</u>
	<u>5.266.073</u>	<u>6.124.421</u>	<u>628.884</u>	<u>611.555</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (5)				
Energia de Curto Prazo - PLD.....	1.238.036	2.068.500	417.397	118.852
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	403.265	699.766	1.381	6.674
	<u>1.641.301</u>	<u>2.768.266</u>	<u>418.778</u>	<u>125.526</u>
Total.....	<u>8.924.266</u>	<u>10.910.357</u>	<u>1.286.488</u>	<u>953.518</u>

(1) Refere-se a vendas de energia a consumidores livres, no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

(2) Refere-se ao suprimento de energia as comercializadoras de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

(3) Contratos de compra e venda de energia, conforme (Nota 24.1).

(4) Refere-se ao suprimento de energia as concessionárias de distribuição de energia elétrica, através de Leilões de Energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Diferenças.

(5) Inclui os valores de faturamento de energia disponível (PLD e MRE) comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Notas Explicativas

Resumo por Classe Consumo	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio)	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
Fornecimento						
Industrial.....	1.928.605	1.536.945	227.886	161.276	118,16	104,93
Serviço Público.....	88.287	480.725	10.940	55.161	123,91	114,75
	<u>2.016.892</u>	<u>2.017.670</u>	<u>238.826</u>	<u>216.437</u>	<u>118,41</u>	<u>107,27</u>
Suprimento						
Leilões de Energia.....	3.641.251	5.231.008	409.905	524.697	112,57	100,31
Agentes Comercializadores.....	1.624.822	729.624	218.979	69.213	134,77	94,86
Contrato com Pequenas Distribuidoras.....	-	163.789	-	17.645	-	107,73
	<u>5.266.073</u>	<u>6.124.421</u>	<u>628.884</u>	<u>611.555</u>	<u>119,42</u>	<u>99,86</u>
Câmara de Comercialização E. Elétrica - CCEE						
Energia de Curto Prazo - PLD.....	1.238.036	2.068.500	417.397	118.852	337,14	57,46
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	403.265	699.766	1.381	6.674	3,42	9,54
	<u>1.641.301</u>	<u>2.768.266</u>	<u>418.778</u>	<u>125.526</u>	<u>255,15</u>	<u>45,34</u>
Total.....	<u>8.924.266</u>	<u>10.910.357</u>	<u>1.286.488</u>	<u>953.518</u>	<u>144,16</u>	<u>87,40</u>

Resumo por Ambiente de Comercialização	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio)	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
Mercado Livre						
Consumidores Livres	2.016.892	2.017.670	238.826	216.437	118,41	107,27
Agentes Comercializadores	1.624.822	729.624	218.979	69.213	134,77	94,86
	<u>3.641.714</u>	<u>2.747.294</u>	<u>457.805</u>	<u>285.650</u>	<u>125,71</u>	<u>103,98</u>
Mercado Regulado						
Leilões de Energia + Pequenas Distribuidoras.....	3.641.251	5.394.797	409.905	542.342	112,57	100,53
Câmara de Comercialização E. Elétrica - CCEE.....	1.641.301	2.768.266	418.778	125.526	255,15	45,34
	<u>5.282.552</u>	<u>8.163.063</u>	<u>828.683</u>	<u>667.868</u>	<u>156,87</u>	<u>81,82</u>
Total.....	<u>8.924.266</u>	<u>10.910.357</u>	<u>1.286.488</u>	<u>953.518</u>	<u>144,16</u>	<u>87,40</u>

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

24.3 Receita Operacional Líquida

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita), segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado.

	<u>31.03.2013</u>	<u>31.03.2012</u>
RECETAS OPERACIONAIS		
Receitas c/ Energia		
Fornecimento de energia	238.826	216.437
Suprimento de energia - Contratos.....	218.979	86.858
Suprimento de energia de leilões.....	409.905	524.697
Energia de curto prazo	418.778	125.526
	<u>1.286.488</u>	<u>953.518</u>
Outras receitas.....	942	966
	<u>1.287.430</u>	<u>954.484</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(35.361)	(21.310)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D.....	(11.790)	(8.372)
Imposto s/ serviços - ISS.....	(32)	(27)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(78.642)	(67.868)
PIS s/ receitas operacionais.....	(17.068)	(14.450)
	<u>(142.893)</u>	<u>(112.027)</u>
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>1.144.537</u>	<u>842.457</u>

Notas Explicativas

25 CUSTOS E DESPESAS

25.1 Energia Comprada e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão

	<u>31.03.2013</u>	<u>31.03.2012</u>
Uso da Rede Elétrica (*)		
Conexão - CTEEP	48	37
Rede Básica.....	<u>85.737</u>	<u>92.086</u>
Total.....	<u><u>85.785</u></u>	<u><u>92.123</u></u>

(*) Encargos de conexão e rede básica decorrentes do uso do sistema de transmissão: valores fixados pelas Resoluções Homologatórias ANEEL nº. 1171, de 28 de junho de 2011 e nº 1316, de 26 de junho de 2012, alterada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1398, de 17 de dezembro de 2012.

25.2 Outras (Despesas) Receitas Líquidas

	Períodos findos em	
	<u>31.03.2013</u>	<u>31.03.2012</u>
Depreciação de bens não vinculados.....	(329)	(512)
Indenizações - ações cíveis usinas CESP.....	-	(1.463)
Provisões ações de desapropriações - cindidas (a) (Nota 20).....	(10.482)	(21.450)
Ações cíveis (Nota 20).....	(52.346)	(2.600)
Ações e riscos ambientais (Nota 20).....	(13.148)	(4.666)
	<u>(75.976)</u>	<u>(28.716)</u>
Custos retardatários (proteção de encostas de reservatórios) (b).....	(919)	(708)
Despesas com convênios	(973)	(2.064)
Ganho/(perda) na alienação de bens e direitos.....	1.135	81
Outras (despesas) receitas líquidas.....	1.766	(590)
	<u><u>(75.296)</u></u>	<u><u>(33.972)</u></u>

- (a) Pelo protocolo de Cisão Parcial da CESP, as obrigações referentes a ações de desapropriações anteriores a 31 de março de 1999, das Usinas incorporadas pelas empresas cindidas, são de responsabilidade da Companhia (Nota 20.7)
- (b) Os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, a partir do exercício de 2009 deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 11.1).

Notas Explicativas**26 RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>31.03.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Receita		
Rendimentos de aplicações financeiras	10.049	8.267
Atualização de quotas subordinadas - FIDC (Nota 10).....	2.068	1.219
Atualização de créditos/recebíveis - DAEE (Nota 9).....	707	1.016
Atualização de valores a receber - energia livre (Nota 6.2).....	-	687
Outras.....	87	243
	<u>12.911</u>	<u>11.432</u>
Despesa		
Encargos de dívidas		
Moeda estrangeira.....	(24.059)	(23.913)
Moeda nacional.....	(29.823)	(31.638)
	<u>(53.882)</u>	<u>(55.551)</u>
Outras		
Encargos e atualização s/ tributos e contribuições sociais / outros.....	(324)	-
Atualização de encargos de uso da rede elétrica - parcelamento.....	(3.252)	(4.333)
Atualização de cessão de créditos recebíveis de energia	(4.219)	(10.825)
Imposto sobre operações financeiras	(44)	(414)
Imposto de renda s/remessa ao exterior	(6.467)	(3.103)
Atualização TAC (nota 21.1).....	(839)	(785)
Despesas c/ operações financeiras - FIDC.....	(1.133)	(315)
Atualização P&D - projetos.....	(1.114)	(1.401)
Desconto contrato de clientes.....	(1.980)	(6.203)
Outros encargos.....	(1.751)	(5.979)
	<u>(21.123)</u>	<u>(33.358)</u>
	<u>(75.005)</u>	<u>(88.909)</u>
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Moeda nacional.....	(38.899)	(43.074)
Moeda estrangeira.....	20.662	40.519
	<u>(18.237)</u>	<u>(2.555)</u>
	<u>(93.242)</u>	<u>(91.464)</u>
Resultado Financeiro.....	<u>(80.331)</u>	<u>(80.032)</u>

Notas Explicativas

27 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – RESULTADO

A Companhia apura mensalmente o Imposto de Renda e a Contribuição Social, com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições/exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação, bem como as variações cambiais líquidas (positivas/negativas) sobre empréstimos e financiamentos, face à opção pelo regime de caixa para tributação dessas variações.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal

O quadro a seguir é uma conciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social) sobre o lucro fiscal tributável.

	31.03.2013		31.03.2012	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição social (CSLL).....	569.150	569.150	296.586	296.586
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente.....	(142.282)	(51.224)	(74.140)	(26.693)
Ajustes para a alíquota vigente:				
(a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Juros s/ o capital próprio.....	-	-	18.750	6.750
Outros.....	2.857	(152)	3.274	(105)
(b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais não constituídos	(28.925)	(10.413)	(7.594)	(2.733)
Despesa total.....	(168.350)	(61.789)	(59.710)	(22.781)
Despesa de imposto de renda e contribuição social composta por:				
Corrente.....	(128.891)	(47.251)	(50.050)	(18.971)
Diferido ativo (Nota 17).....	(55.327)	(20.251)	(21.660)	(8.130)
Diferido passivo (Nota 17).....	15.868	5.713	12.000	4.320
	(39.459)	(14.538)	(9.660)	(3.810)
Total no resultado.....	(168.350)	(61.789)	(59.710)	(22.781)
Alíquota Efetiva	29,6%	10,9%	20,1%	7,7%

Conforme descrito na Nota 17, a Companhia está limitada à projeção de lucros tributáveis futuros, para reconhecimentos adicionais de créditos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias. As diferenças entre as alíquotas nominais e efetivas decorrem da limitação para novos reconhecimentos, bem como das adições/exclusões permanentes.

28 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa: a composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota explicativa nº 5. As transações que não envolvem caixa são:

Descrição	31.03.2013	31.03.2012
Itens que não afetaram o caixa:		
Juros sobre o capital próprio (a pagar).....	-	75.000
Dividendos propostos (a pagar)	271.172	390.405
	<u>271.172</u>	<u>465.405</u>

Notas Explicativas

29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Em 31.03.2013, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	<u>31.03.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Ativos Financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Consumidores e revendedores (Nota 6).....	361.125	375.477
Energia livre / CCEE (Nota 6).....	428.357	13.712
	<u>789.482</u>	<u>389.189</u>
Valor justo por meio do resultado		
Depósitos vinculados (Nota 10).....	-	65.750
Quotas Subordinadas - FIDC (Nota 10).....	75.949	76.266
	<u>75.949</u>	<u>142.016</u>
	<u>865.431</u>	<u>531.205</u>
Passivos Financeiros		
Avaliados ao Custo amortizado		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 12).....	2.416.270	2.467.788
FIDC (Nota 13).....	948.550	1.002.529
Valores a pagar (Nota 14).....	113.452	122.775
	<u>3.478.272</u>	<u>3.593.092</u>

29.1 Índice de Endividamento (Liquidez)

	<u>31.03.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Índice de Endividamento		
Empréstimos + Financ. + FIDC + Valores a pagar...	3.478.272	3.593.092
Caixa e equivalente de Caixa (Nota 5).....	(731.905)	(513.525)
Dívida Líquida.....	2.746.367	3.079.567
Patrimônio Líquido.....	10.218.948	9.879.937
Índice de Endividamento Líquido	<u>26,9%</u>	<u>31,2%</u>

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento:

	<u>1 ano</u>	<u>2 anos</u>	<u>5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de março de 2013					
Empréstimos e Financiamentos.....	668.054	106.660	1.404.660	236.896	2.416.270
FIDC.....	285.837	264.230	398.483	-	948.550
Valores a Pagar.....	47.341	42.138	23.973	-	113.452
	<u>1.001.232</u>	<u>413.028</u>	<u>1.827.116</u>	<u>236.896</u>	<u>3.478.272</u>
Em 31 de dezembro de 2012					
Empréstimos e Financiamentos.....	703.789	154.182	1.399.158	210.659	2.467.788
FIDC.....	287.581	263.172	451.776	-	1.002.529
Valores a Pagar.....	46.391	41.664	34.720	-	122.775
	<u>1.037.761</u>	<u>459.018</u>	<u>1.885.654</u>	<u>210.659</u>	<u>3.593.092</u>

A Companhia está cumprindo todos os "covenants" requeridos por instituições financeiras ou outros credores.

29.2 Risco de Taxa de Câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 31 de março de 2013, o saldo total da conta de empréstimos e financiamentos, incluindo encargos

Notas Explicativas

incorridos até a data, montava a R\$ 1.231.821 (R\$ 1.269.614, em 31.12.2012) referentes a captações em moeda estrangeira, exclusivamente dólar norte-americano.

Em milhares de Reais

Passivos	Saldo Contábil	
	31.03.2013	31.12.2012
Empréstimos e Financiamentos		
Dólar Americano - US\$ (Nota 12)	1.231.821	1.269.614
Total	1.231.821	1.269.614

Análise de sensibilidade do Risco de Taxa de Câmbio

A CESP considera que o risco de estar passiva em moeda estrangeira é a elevação da cotação do dólar-norte americano (PTAX) na data do vencimento de cada parcela dos contratos de empréstimos e financiamentos captados em moeda estrangeira, que impactam as despesas financeiras do exercício.

Em atendimento ao disposto na instrução CVM nº 475/08, e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, para determinação dos efeitos da variação desfavorável nas taxas de câmbio, a Companhia adotou os cenários de variações negativas mínimas definidas pela referida instrução e equivalentes a 25% e 50% sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação dos cenários provável, possível e remoto.

Moedas	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
Dólar Americano: US\$/R\$	2,01	2,51	3,02

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais na saída de caixa no curto prazo (abril/2013 a março/2014), com base no serviço da dívida a pagar, incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, deduzindo o montante contabilizado no curto prazo da atual demonstração contábil, conforme a tabela abaixo:

Em milhares de Reais

Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos em US\$	Apreciação do US\$	(1.234)	161.959	325.152

A Companhia, em decorrência da variação cambial projetada, teria um decréscimo na saída de caixa no período de abril/2013 a março/2014 de R\$ 1.234 no cenário provável, e um acréscimo de R\$ 161.959 no cenário possível e R\$ 325.152 no cenário remoto, respectivamente.

Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31/03/2013, a Companhia, adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 31/03/2014 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Impacto sobre Saldo Devedor		Projeção para 31.03.2014		
Passivos	Saldo em 31.03.2013	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos				
Bônus Série 7 - US\$	447.330	-	-	-
Demais Contratos - US\$	784.491	773.287	966.609	1.159.930
Total	1.231.821	773.287	966.609	1.159.930

Nos valores indicados nas colunas cenários projetados do quadro acima está considerada a liquidação da Série 7 das notas de médio prazo em agosto de 2013 (ver Nota explicativa 12.2.3)

29.3 Risco de Taxa de Juros / Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas. Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía R\$ 2.909.750, captados a taxas variáveis de juros e/ou indexados à taxas de inflação, e R\$ 568.522 captados a taxas fixas:

Notas Explicativas

Em milhares de Reais

Passivos	Saldo Contábil	
	31.03.2013	31.12.2012
Vinculados às taxas:		
Moeda Nacional	2.246.451	2.323.478
CDI	948.550	1.002.529
IGP-M	124.201	135.968
IPC-A	1.066.050	1.066.773
TJLP	73.179	82.432
TAXA FIXA	34.471	35.776
Moeda Estrangeira	1.231.821	1.269.614
UMBNDDES	696.478	718.157
LIBOR	1.292	1.256
TAXA FIXA	534.051	550.201
Total	3.478.272	3.593.092

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e inflação

A CESP considera que o risco de estar passiva em contratos que, além de taxa fixa e "spread", tenham custos com indexadores variáveis (atualizados com taxas de juros pós-fixadas ou taxas de inflação), é a elevação destes índices e consequente aumento das despesas financeiras relativa ao passivo, captado em moeda nacional e estrangeira.

A Companhia agrupou o passivo por indexador contratado e elaborou análise de sensibilidade, em consonância com a Instrução CVM nº 475/08 e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, utilizando neste passivo o cenário divulgado no relatório FOCUS (BACEN) de 05/04/2013. No passivo em moeda estrangeira foi considerada a conversão para reais com a mesma paridade de fechamento do presente demonstrativo, para refletir apenas as alterações de cenários de taxas de juros.

Taxa % a.a.

CDI	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
CDI	7,98	9,98	11,97
IGP-M	5,03	6,28	7,54
IPC-A	5,70	7,13	8,55
TJLP	5,00	6,25	7,50
UMBNDDES	3,54	4,43	5,32
LIBOR	0,45	0,56	0,68

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais da saída de caixa, com base no total do serviço da dívida a pagar no curto prazo (abril/2013 a março/2014), incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, e deduzindo o montante contabilizado na data da atual apuração destas informações trimestrais, conforme a tabela abaixo:

Em milhares de Reais

Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Vinculados às taxas:				
Moeda Nacional	Variação do CDI	(195)	2.474	5.113
	Variação do IGP-M	(545)	(294)	(42)
	Variação do IPC-A	1.776	2.632	3.495
	Variação da TJLP	-	318	635
Moeda Estrangeira	Variação da UMBNDDES	-	6.281	12.699
	Variação da LIBOR	-	4	8
Total		1.036	11.415	21.908

A Companhia, em decorrência da variação dos índices projetados, teria um decréscimo na saída de caixa de R\$ 1.036 no cenário provável, e nos cenários possível e remoto, de R\$ 11.415 e R\$ 21.908 comparativamente ao fluxo contabilizado no curto prazo.

Com base na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31/03/2013, a Companhia adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 31/03/2014 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Notas Explicativas

Impacto Sobre Saldo Devedor		Projeção para 31.03.2014			
Passivos Financeiros	Risco	Saldo em 31/03/2013	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Moeda Nacional					
CDI	Variação do CDI	948.550	728.816	743.361	757.905
IGP-M	Variação do IGP-M	124.201	72.552	73.463	74.375
IPC-A	Variação do IPC-A	1.066.050	1.119.838	1.135.795	1.151.753
TJLP	Variação da TJLP	73.179	33.618	34.038	34.458
TAXA FIXA	Sem Risco	34.471	29.254	29.254	29.254
Moeda Estrangeira					
UMBNDDES	Variação da UMBNDDES	696.478	629.133	634.706	640.280
LIBOR	Variação da LIBOR	1.292	1.853	1.855	1.857
TAXA FIXA	Sem Risco	534.051	33.049	33.049	33.049
Total		3.478.272	2.648.113	2.685.521	2.722.931

29.4 Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento – o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento – o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

29.5 Instrumentos Financeiros Derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 550/2008, de 17 de outubro de 2008, a Companhia informa o que segue:

(a) Política financeira adotada pela Companhia

A Companhia não adota a política de utilizar de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia tem uma dívida aproximada de R\$ 3,5 bilhões em 30 de março de 2013, grande parte reestruturada com instituições financeiras nacionais e internacionais nos últimos anos. Nesse processo de reestruturação, a principal estratégia utilizada pela Companhia para o monitoramento de riscos futuros foi a de substituir grande parte da dívida em moeda estrangeira para dívida em moeda nacional, com o objetivo de reduzir sua exposição cambial ocorrida no passado.

(b) Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras

Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser levadas ao Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia.

(c) Operações de derivativos

A Companhia não contratou nenhuma operação de derivativos até 31 de março de 2013.

29.6 Valorização dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de março de 2013 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

(b) Valores a Receber

Energia Livre e Energia de Curto Prazo: esses créditos decorrem basicamente de energia livre durante o período de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve

Notas Explicativas

transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas demonstrações.

(c) Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição, sendo constituída provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido ou aplicável. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.

(d) Empréstimos, Financiamentos e FIDC

A Companhia possui ativos e passivos mensurados ao valor justo através do resultado, além disso, possui outros passivos financeiros não mensurados ao valor amortizável, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado.

Nas operações específicas do setor elétrico, financeiras subsidiadas e de renegociação, sem similar no mercado e com pouca liquidez, a Companhia assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil, em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicado individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas com diversas instituições financeiras. O valor de mercado de um título, portanto, corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais, como segue:

Passivos	31.03.2013		31.12.2012	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Moeda Estrangeira				
Medium Term Notes	(447.330)	(458.695)	(463.814)	(482.657)
Moeda Nacional				
Medium Term Notes	(1.066.050)	(1.089.808)	(1.066.773)	(1.087.555)
FIDC	(948.550)	(952.537)	(1.002.529)	(1.006.905)
Total	(2.461.930)	(2.501.040)	(2.533.116)	(2.577.117)

30 SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidade, conforme demonstrado a seguir:

Tipo	Seguradora	Cobertura	Em milhares de Reais	
			Vencido.	Valor Segurado
D&O - Seguro de Administradores	Zurich Minas BrasilSeguros S/A	Responsabilidade civil - D&O	04/2013	2.000
Vida	Bradesco Vida e Previdência	Indenização p/ morte ou invalidez permanente de empregados	10/2013	2.100
Riscos Patrimoniais	ACE Seguradora S/A	Máquinas e Equipamentos do Sistema de Geração das Usinas	09/2013	1.361.440

31 EVENTOS SUBSEQUENTES

1) O Poder Concedente e a Agência Nacional de Energia Elétrica publicaram os seguintes documentos relativos à UHE Três Irmãos:

- Portaria MME nº 117, de 5 de abril de 2013 – Aprova os termos e as condições para a prestação do serviço de geração de energia elétrica por meio de usina hidrelétrica, cuja concessão não tenha sido prorrogada nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, com vistas a garantir a continuidade do serviço.
- Portaria MME nº 125, de 17 de abril de 2013 – Designa a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica da usina. Define que a Prestação do Serviço dar-se-á até a assunção do concessionário vencedor da licitação. Estabelece o Custo da Gestão dos Ativos de Geração - GAG, o qual será utilizado para a definição da Receita Anual de Geração - RAG inicial, bem como aplica à Prestação do Serviço a legislação e a regulamentação relativas à exploração de potenciais hidráulicos, para fins de geração de energia elétrica em regime de cotas.

Notas Explicativas

- Resolução Homologatória ANEEL nº 1.518 de 30 de abril de 2013 – Define a Receita Anual de Geração – RAG da usina para o período de 18 de abril à 30 de junho de 2013.
- Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 de 30 de abril de 2013 – Define a alocação de cotas de garantia física da usina, que deverão ser contratadas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica a partir de 18 de abril de 2013.

2) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de maio de 2013, foi aprovada a destinação aos acionistas a título de antecipação de Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 111 milhões às ações ON, PNA e PNB, para pagamento até 30 de julho de 2013.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA CESP

Os principais acionistas da Companhia em 31 de março de 2013 são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades (a)							
	Ordinárias		Preferenciais		Preferenciais		Total	
		%	Classe A	%	Classe B	%		%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:								
Fazenda do Estado de São Paulo.....	102.706.383	94,08	-	-	15.135.166	7,20	117.841.549	35,98
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ.....	1.323.626	1,21	-	-	-	-	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.....	6.690	0,01	-	-	-	-	6.690	-
Companhia Paulista de Parcerias - CPP.....	-	-	-	-	13.793.103	6,56	13.793.103	4,21
Outros.....	2.090	-	1	-	3	0,00	2.094	-
	104.038.789	95,30	1	-	28.928.272	13,76	132.967.062	40,60
Outros								
Banco SANTANDER BRASIL AS	973.478	0,89	-	-	10.161.945	4,83	11.135.423	3,40
Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS (capital aberto) (a).....	37.633	0,03	6.664.526	82,08	-	-	6.702.159	2,05
HSBC Bank PLC London (*).....	-	-	-	-	28.477.470	13,55	28.477.470	8,70
USB AG LONDON BRANCH.....	-	-	-	-	24.825.960	11,81	24.825.960	7,58
The Bank of New York - ADR Department	157.809	0,14	250.964	3,09	-	-	408.773	0,12
Pessoas Físicas.....	2.595.141	2,38	1.052.831	12,97	4.358.298	2,07	8.006.270	2,44
Outras Pessoas Jurídicas.....	1.357.990	1,24	121.390	1,50	113.463.622	53,97	114.943.002	35,10
Outros.....	6.718	0,01	29.836	0,37	-	-	36.554	0,01
	5.128.769	4,70	8.119.547	100,00	181.287.295	86,24	194.535.611	59,40
	109.167.558	100,00	8.119.548	100,00	210.215.567	100,00	327.502.673	100,00
Capital social integralizado por ações em R\$ Mil.....	1.991.811		140.540		3.843.082		5.975.433	

a) Inclui acionistas que individualmente são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

(*) O acionista não disponibilizou a informação sobre a composição do capital social.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1.1. Posição Acionária dos Detentores de mais de 5% das Ações de cada Espécie e Classe, até o Nível de Pessoa Física**

Companhia Paulista de Parcerias - CPP		Posição em 31.03.2013				
Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.....	-	-	13.793.103	-	13.793.103	100,00
	-	-	13.793.103	-	13.793.103	100,00

Centrais Elétricas Brasileiras S.A.		Posição em 31.03.2013					
Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades						
	Ordinárias	%	Preferenciais		%	Total	%
			Classe A	Classe B			
União.....	591.968.382	54,46	-	2.252	0,00	591.970.634	43,77
BNDSPAR.....	141.757.951	13,04	-	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDDES.....	76.338.832	7,02	-	18.262.671	6,88	94.601.503	6,99
FND.....	45.621.589	4,20	-	-	-	45.621.589	3,37
FGHAB.....	1.000.000	0,09	-	-	-	1.000.000	0,07
Outros.....	230.363.543	21,19	146.920	228.480.858	86,08	458.991.321	33,94
	<u>1.087.050.297</u>	<u>100,00</u>	<u>146.920</u>	<u>265.436.883</u>	<u>100,00</u>	<u>1.352.634.100</u>	<u>100,00</u>

Informações não revisadas pelos auditores independentes

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1.2. Posição dos Controladores, Administradores e Ações em Circulação em 31 de março de 2013 e 2012**

	Quantidades de Ações Em Unidades - 31.03.2013							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Controlador e Grupo de Controle.....	104.038.786	95,30	-	-	28.928.269	13,52	132.967.055	40,13
Administradores:								
Conselho de Administração.....	3	0,00	1	0,00	103	0,00	107	0,00
Diretoria.....	60	0,00	-	-	5.100	0,00	5.160	0,00
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas.....	5.128.709	4,70	8.119.546	100,00	185.090.052	86,48	198.338.307	59,86
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>8.119.547</u>	<u>100,00</u>	<u>214.023.524</u>	<u>100,00</u>	<u>331.310.629</u>	<u>100,00</u>
Ações em Circulação.....	5.128.709	4,70	8.119.546	100,00	185.090.052	86,48	198.338.307	59,86

	Quantidades de Ações Em Unidades - 31.03.2012							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Controlador e Grupo de Controle.....	104.038.786	95,30	-	-	28.928.269	13,76	132.967.055	40,60
Administradores:								
Conselho de Administração.....	6	0,00	5	0,00	202	0,00	213	0,00
Diretoria.....	60	0,00	-	-	5.100	0,00	5.160	0,00
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas.....	5.128.706	4,70	8.119.543	100,00	181.287.296	86,24	194.535.545	59,40
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>8.119.548</u>	<u>100,00</u>	<u>210.220.867</u>	<u>100,00</u>	<u>327.507.973</u>	<u>100,00</u>
Ações em Circulação.....	5.128.706	4,70	8.119.543	100,00	181.287.296	86,24	194.535.545	59,40

Informações não revisadas pelos auditores independentes

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da
CESP – Companhia Energética de São Paulo
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da CESP – Companhia Energética de São Paulo, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos à atenção para a Nota 11.5 às informações contábeis intermediárias, que descreve a incerteza relacionada ao critério utilizado para determinar o valor de indenização das usinas hidroelétricas ao término das concessões. Nossa opinião não está ressalvada em função destes assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, preparadas sobre a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 07 de maio de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-015.199/O-6

Henrique Silva Premoli
Contador CRC1SP-250.993/O-6